

Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração	03
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	15
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	21
Demonstrações dos resultados	23
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	24
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	25
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	26
Demonstrações dos valores adicionados.....	27
Notas explicativas às demonstrações financeiras	28
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	93
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	94
Relatório Anual do Comitê de Auditoria	95

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2023

Intelbras gera receita líquida consolidada de R\$ 4.103.676 mil e EBITDA de R\$ 600.565 mil.

São José (SC), 27 de fevereiro de 2024 – A Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira ("Intelbras" ou "Companhia") divulga seus resultados consolidados do exercício de 2023. Os valores aqui apresentados são comparados com os do exercício de 2022, exceto se indicado de outra forma. Os saldos contábeis aqui apresentados foram elaborados de acordo com a legislação societária brasileira e as práticas adotadas no Brasil, já em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Destaques

A **Receita Operacional Líquida** no ano calendário 2023 foi de R\$ 4.103.676 mil, representando uma variação de -3,0% com relação ao ano anterior.

Nosso **EBITDA** foi de R\$ 600.565 mil, valor 12,7% superior ao do último ano, representando uma margem EBITDA de 14,6% (12,6% no ano anterior).

O **ROIC (pre-tax)** consolidado da Companhia apurado no ano de 2023 foi de 23,3%, ficando 3,1p.p. abaixo do realizado no ano anterior.

Nosso **Lucro Líquido** no ano foi de R\$ 545.558 mil, o que representa um crescimento de 13,8% com relação ao realizado no ano anterior e margem líquida de 13,3% (11,3% em 2022) da receita operacional líquida.



Mensagem da Administração

Iniciamos o ano de 2023 com a perspectiva de um ano complexo, com desafios relevantes pela frente, mas com a clareza de que são os desafios que tornam as boas empresas ainda melhores e mais fortes.

Logo nos primeiros meses, percebeu-se que o impacto da mudança na regulamentação para a geração distribuída havia sido muito mais relevante do que os participantes do mercado, de forma geral, haviam estimado. Foi necessário estar muito próximo ao mercado para entender as consequências daquele novo cenário e poder ajustar as estratégias para um futuro mais promissor.

A queda de receita evidenciada durante o ano, ainda que somente em um de nossos negócios, nos motivou a revisar processos, a discutir prioridades e buscar obstinadamente uma melhora na eficiência da aplicação de nossos recursos. Assim o fizemos, e nossos resultados refletem essa maior eficiência.

Durante o quarto trimestre, reavaliamos nossas estimativas de obsolescência de estoques, e provisionamos um montante adicional de R\$ 29.413 mil no custo do produto vendido do ano, o qual está relacionado substancialmente à inclusão de matérias primas nos cálculos de provisionamento em todas as nossas unidades fabris.

Também durante o quarto trimestre, a Companhia finalizou um acordo com os antigos sócios da controlada Renovigi e concluiu os pagamentos por aquisição da empresa com um montante pago inferior em R\$ 63.933 mil, se comparado ao registrado no passivo com aquisições de empresas. Este montante foi refletido no resultado do ano como "outras receitas operacionais" no período.

Ambos os valores, considerados extraordinários pela administração, foram ajustados em nossos indicadores, de forma a que os resultados de nossas operações possam ser avaliados.

Em um ano no qual algumas expectativas foram frustradas, o resultado apresentado a seguir reflete a resiliência dos negócios da Companhia e a gestão atenta às mudanças de cenário. Mesmo apresentando uma queda na receita operacional líquida, graças à proximidade ao nosso canal e à perseverança de todas as nossas equipes, tivemos êxito em preservar os resultados e crescer nosso Ebitda e nosso Lucro Líquido.



Principais indicadores financeiros

R\$ mil (exceto quando indicado)	2023	2022	AH%
Receita operacional líquida	4.103.676	4.232.623	-3,0%
Lucro bruto	1.277.007	1.201.529	6,3%
<i>Margem bruta</i>	31,1%	28,4%	+2,7p.p
EBITDA	600.565	533.022	12,7%
<i>Margem EBITDA</i>	14,6%	12,6%	+2,0p.p
Lucro líquido	545.558	479.248	13,8%
<i>Margem líquida</i>	13,3%	11,3%	+2,0p.p
ROIC (pre-tax)	23,3%	26,4%	-3,1p.p

Principais indicadores financeiros ajustados*

R\$ mil (exceto quando indicado)	2023	2022	AH%
Receita operacional líquida	4.103.676	4.232.623	-3,0%
Lucro bruto Ajustado	1.306.420	1.201.529	8,7%
<i>Margem bruta Ajustada</i>	31,8%	28,4%	+3,4p.p
EBITDA Ajustado	566.045	533.022	6,2%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	13,8%	12,6%	+1,2p.p
Lucro líquido Ajustado	511.038	479.248	6,6%
<i>Margem líquida Ajustada</i>	12,5%	11,3%	+1,1p.p
ROIC (pre-tax) Ajustado	21,8%	26,4%	-4,6p.p

* **NOTA:** valores ajustados conforme apontado na Mensagem da Administração



Receita Operacional Líquida

Após 4 anos de crescimento robusto de receita operacional líquida, concluímos o exercício de 2023 com uma receita de R\$ 4.103.676 mil, 3,0% abaixo da realizada no ano de 2022. O desempenho inferior se deve exclusivamente à desaceleração relevante ocorrida na demanda por geradores de Energia Solar. Os demais negócios da Companhia apresentaram crescimento de receita ao longo do exercício, mas foram insuficientes para superar a forte receita de 2022.

Além da desaceleração na demanda por energia solar, o ano foi marcado por quedas sequenciais de preços em diversas linhas de negócios, originadas pelo novo patamar de câmbio e pelas oportunidades de reduções de custos identificadas e realizadas desde o final do exercício anterior, ganhos que foram repassados parcialmente aos preços.

Desta forma, a queda na receita operacional líquida consolidada não reflete o desempenho e a expansão nos mercados de atuação das principais linhas de negócio da Companhia, que seguiu sua trajetória positiva.

Lucro bruto

Apesar de queda na receita operacional líquida, expandimos em 6,3% nosso lucro bruto, na comparação com o ano anterior, chegando ao montante de R\$ 1.277.007 mil. Esta expansão de lucro bruto gera uma margem bruta de 31,1% o que reflete um incremento de margem em 2,7 pontos percentuais, quando comparado ao ano anterior.

R\$ mil (exceto quando indicado)	2023	2022	AH R\$	AH%
Receita operacional líquida	4.103.676	4.232.623	(128.947)	-3,0%
Custo dos produtos vendidos	(2.826.669)	(3.031.094)	204.425	-6,7%
Lucro bruto	1.277.007	1.201.529	75.478	6,3%
(+) Custo não recorrente	29.413	-	29.413	-
Lucro bruto Ajustado	1.306.420	1.201.529	104.891	8,7%

Porém, como observado na tabela acima, a partir das novas expectativas geradas pela inclusão das matérias primas em nosso provisionamento de obsolescência, adicionou-se no quarto trimestre o valor de R\$29.413 mil em nosso CPV.

A Companhia entende que se trata de um incremento pontual, de forma que a operação durante o ano gerou um lucro bruto ajustado de R\$ 1.306.420, o que representa uma margem bruta ajustada de 31,8% e um incremento de 3,4 pontos percentuais comparado à margem apurada no ano anterior.

Despesas operacionais

Durante o ano de 2023, a Companhia investiu em equipes comerciais, em projetos de novos produtos e na melhoria de seus processos, o que trouxe um incremento de 11,0% nas despesas, como pode ser observado na tabela a seguir:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2023	2022	AH R\$	AH%
Com vendas	(560.321)	(511.276)	(49.045)	9,6%
Administrativas e gerais	(238.140)	(225.021)	(13.119)	5,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	42.779	(1.858)	44.637	-2.402,4%
Total	(755.682)	(738.155)	(17.527)	2,4%
(-) Baixa passivo financeiro	(63.933)	-	(63.933)	-
Total Ajustado	(819.615)	(738.155)	(81.460)	11,0%

Por outro lado, devido à finalização antecipada dos pagamentos relacionados à aquisição da Renovigi, em face a um acordo com os antigos sócios, foi possível eliminar por completo este passivo decorrente de obrigações por aquisição de empresa, o que gerou uma contabilização positiva na linha de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, do montante de R\$ 63.933 mil. A Companhia entende que se trata de um efeito pontual no resultado, e desta forma fez o ajuste nas despesas operacionais, para fins de cálculo do resultado do período.

Adicionalmente, cabe destacar que durante o segundo trimestre do ano, em função da identificação de uma nova realidade de receita para o ano, foram feitos diversos ajustes nas despesas, na busca por eficiência e maior integração entre as áreas de negócios e com as áreas corporativas. Esses ajustes trouxeram a operação a um patamar de despesas mais alinhado com o histórico da Companhia.

EBITDA

Alcançamos um Ebitda de R\$ 600.565 mil, no exercício de 2023. Porém, devido aos efeitos já comentados anteriormente, tanto em lucro bruto como em despesas operacionais, a Companhia entende que o indicador deve ser ajustado, o que resulta em um montante de R\$ 566.046 mil e um crescimento de 6,2% com relação ao ano anterior. Os detalhes da composição do Ebitda e dos ajustes realizados são apresentados a seguir:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2023	2022	AH%
Receita operacional líquida	4.103.676	4.232.623	-3,0%
Lucro Bruto	1.277.007	1.201.529	6,3%
(-) Despesas SG & A	(755.682)	(738.155)	2,4%
(+) Depreciação	52.027	41.385	25,7%
(+) Amortização	27.213	28.263	-3,7%
EBITDA	600.565	533.022	12,7%
(+) Custo não recorrente	29.413	-	-
(-) Baixa passivo financeiro	(63.933)	-	-
EBITDA Ajustado	566.045	533.022	6,2%
% EBITDA	14,6%	12,6%	+2,0p.p
% EBITDA Ajustado	13,8%	12,6%	+1,2p.p

O resultado operacional do exercício reflete o esforço da administração pela preservação dos resultados, mesmo durante um cenário de adversidades na receita. Observa-se um incremento de 1,2 ponto percentual na Margem Ebitda ajustada, o que levou ao patamar de 13,8% em 2023.

O saldo do ajuste, bem como a evolução do EBITDA em sua composição podem ser observados no gráfico abaixo:



Resultado financeiro

A busca pelo equilíbrio da conta de variações cambiais a partir de uma política de hedge adequadamente implementada, bem como a opção por manter um nível de caixa robusto e baixo endividamento, pode ser observada no resultado financeiro da Companhia, apresentado na tabela a seguir:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2023	2022	AH%
Receita financeira	222.743	154.088	44,6%
Despesa financeira	(214.430)	(122.013)	75,7%
Variação cambial	(12.944)	(25.386)	-49,0%

Lucro líquido

Assim como observado no resultado operacional, com crescimento do EBITDA, a Companhia encerra seu exercício de 2023 com crescimento no lucro líquido, atingindo R\$ 545.558 mil. Por outro lado, assim como esclarecido anteriormente, é necessário ajustar este resultado desconsiderando os efeitos extraordinários no período. Desta forma, o lucro líquido ajustado no período alcança um crescimento de 6,6% e totaliza o montante de R\$ 511.038 mil. A margem líquida ajustada no período foi de 12,5% e representa um crescimento de 1,2 ponto percentual com relação ao mesmo período do ano anterior.

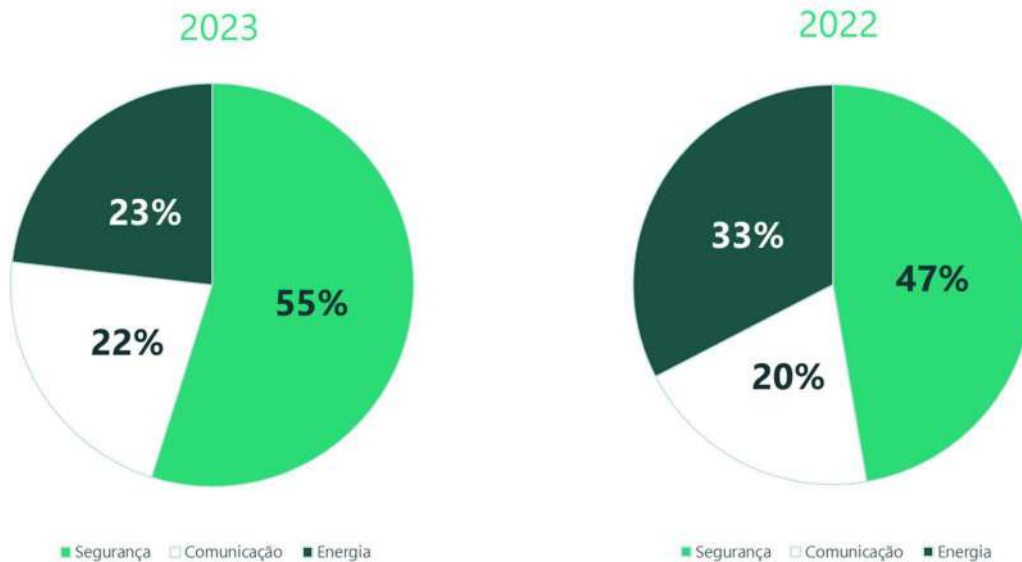
ROIC (pre-tax)

O indicador de ROIC (pre-tax) ajustado da Companhia em 2023 sofreu uma redução de 4,6 pontos percentuais, mas se encontra dentro da margem esperada para a operação, com o atingimento de 21,8%. Os detalhes do cálculo podem ser observados a seguir:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2023	2022	AH%
Lucro operacional antes do resultado financeiro (a)	521.325	463.374	
Imposto de renda e contribuição social	28.864	9.185	
NOPAT (b)	550.189	472.559	16,4%
(Caixa)/Dívida líquida	(389.154)	(491.611)	
Patrimônio líquido	2.623.522	2.248.282	
Capital empregado (c)	2.234.368	1.756.671	27,2%
ROIC Pre-tax (a)/(c)	23,3%	26,4%	-3,1p.p
ROIC Pre-tax Ajustado	21,8%	26,4%	-4,6p.p



Evolução do negócio por segmento de atuação



Nossos três segmentos de atuação evoluíram de maneira distinta ao longo do ano. Segurança, com o maior crescimento de receita no exercício passou a representar 55% das receitas da Companhia, enquanto Energia, com uma queda relevante no período reduziu sua participação para 23%, ocupando uma relevância praticamente igual ao segmento de Comunicação, que a partir de um crescimento modesto, passou a representar 22% da receita operacional líquida.

Percebe-se que durante 2023, as dinâmicas de mercado, bem como nosso êxito na implementação das estratégias foram diferentes em cada um dos segmentos, e os detalhes são apresentados a seguir.

Segurança

Com um crescimento de 12,3% em sua receita operacional líquida, o segmento de Segurança atingiu a receita de R\$ 2.225.214 mil em 2023, e adicionalmente expandiu sua margem bruta ajustada em 3,6 pontos percentuais no decorrer do período.

SEGURANÇA	2023	2022	AH%
Receita operacional líquida	2.225.214	1.981.882	12,3%
Lucro Bruto	832.655	682.848	21,9%
Margem Bruta	37,4%	34,5%	+2,9p.p
Lucro Bruto Ajustado	846.860	682.848	24,0%
Margem Bruta Ajustada	38,1%	34,5%	+3,6p.p

Observa-se a resiliência deste segmento, com avenidas de crescimento bem definidas e com estratégias sendo adequadamente implementadas.

Comunicação

Nosso segmento de Comunicação concluiu ao longo de 2023 uma série de ajustes estratégicos, assinando parcerias importantes para reforçar a eficiência do portfólio da Companhia, nas linhas de Redes Empresariais, Redes Fibra Ótica e Rádios Profissionais. O portfólio atual, com os lançamentos de Cabos e 5G que contribuíram ainda com pouca relevância ao longo deste período, nos permitiu retomar o crescimento de receita em 7,7% atingindo o montante de R\$ 907.919 mil.

COMUNICAÇÃO	2023	2022	AH%
Receita operacional líquida	907.919	842.833	7,7%
Lucro Bruto	274.789	242.319	13,4%
Margem Bruta	30,3%	28,8%	+1,5p.p
Lucro Bruto Ajustado	280.402	242.319	15,7%
Margem Bruta Ajustada	30,9%	28,8%	+2,1p.p

Do ponto de vista da margem bruta, após as novas estimativas, já comentadas no custo dos produtos vendidos, pode ser observada uma expansão de 2,1 pontos percentuais, em função principalmente dos ganhos de custo realizados ao longo do período.

Energia

Durante todo o exercício de 2023, a receita operacional líquida do segmento de Energia foi fortemente impactada por uma desaceleração relevante do mercado de geração distribuída de energia solar. A alteração da regulamentação, associada a uma forte restrição de crédito durante o primeiro semestre, reduziram a demanda desde o início do ano, e durante o segundo semestre, a queda relevante de custos dos painéis solares, trouxe a precificação para os patamares mais baixos dos últimos anos.

ENERGIA	2023	2022	AH%
Receita operacional líquida	970.543	1.407.908	-31,1%
Lucro Bruto	169.563	276.362	-38,6%
Margem Bruta	17,5%	19,6%	-2,1p.p
Lucro Bruto Ajustado	179.158	276.362	-35,2%
Margem Bruta Ajustada	18,5%	19,6%	-1,1p.p

Além do desaquecimento do mercado, a variável preço foi outra responsável pela queda de receita, dado os novos custos dos painéis disponíveis ao longo do segundo semestre. Os preços caíram ao consumidor final cerca de 35% entre janeiro e dezembro, o que associado à redução do volume, gerou a queda anual de 31,1%.

Por outro lado, compensando parcialmente esta queda nos negócios de Energia Solar, nossa Unidade de Negócios de Energia (Power) continuou sua trajetória de crescimento, expandindo margem e receita de acordo com o planejamento para o período.

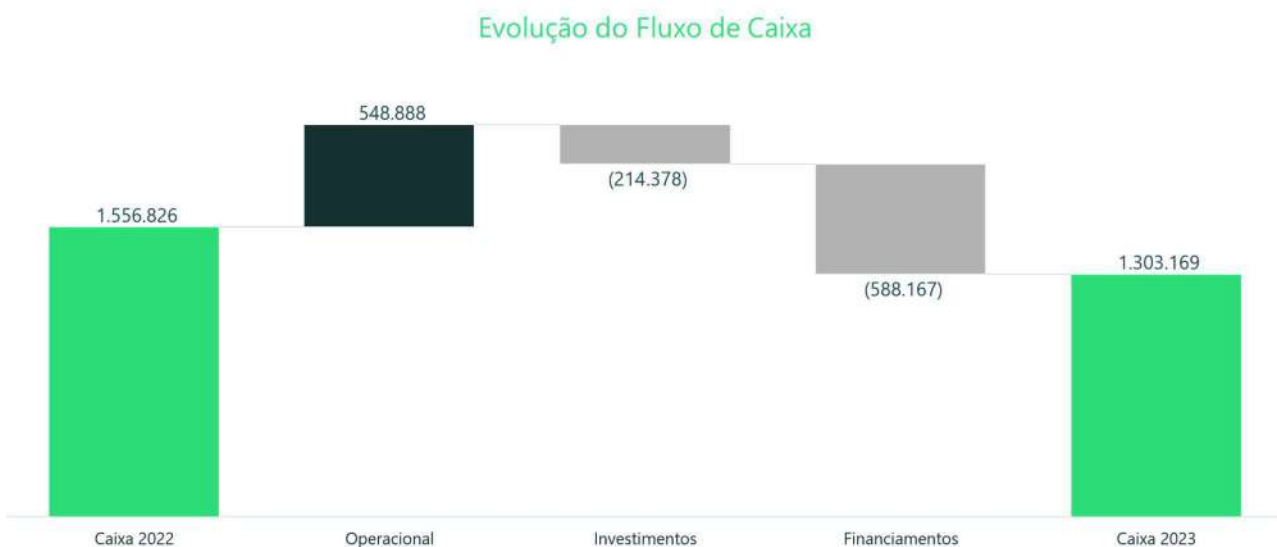


Posição de caixa e dívidas

Historicamente, a Companhia vem gerando caixa operacional, e no exercício de 2023 gerou R\$548.888 mil, conforme tabela abaixo:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2023	2022	AH R\$
Caixa	1.303.169	1.556.826	(253.657)
Operacional (Outros)	548.888	626.016	(77.128)
Atividade investimento	(214.378)	(275.038)	60.660
Atividade financiamento	(588.167)	264.990	(853.157)

Por outro lado, nas atividades de financiamento, não houve captação relevante, como a realizada em 2022 com a emissão de debentures. As principais variações nesta rubrica estão concentradas em (i) pagamentos por aquisição de empresas e (ii) juros sob capital próprio pagos. A evolução do caixa, portanto, está demonstrada no gráfico a seguir:



Os detalhes da evolução de nossas dívidas são apresentados na tabela a seguir:

Instituição	31/12/2023		30/09/2023		31/12/2022
	Principal + Encargos	Movimentação	Principal + Encargos	Movimentação	Principal + Encargos
BNDES	225.965	24.864	201.101	(11.244)	212.345
FINEP	146.989	(12.321)	159.310	(35.240)	194.550
Debêntures	509.763	(19.999)	529.762	19.524	510.238
Bancos e Cooperativas de Crédito	31.298	12.829	18.469	(129.613)	148.082
Total Empréstimos	914.015	5.373	908.642	(156.573)	1.065.215

* **NOTA:** valores da tabela em R\$ mil



CAPEX

O principal investimento de capital realizado para incremento de capacidade em 2023 foi a construção, ainda em andamento, do novo armazém, localizado na cidade de São José, SC, e representa uma parcela relevante do total de CAPEX de expansão. Nosso CAPEX de manutenção segue em linha com nosso histórico na faixa de 1,8% da receita operacional líquida anual.

Evolução CAPEX
(Em milhões de R\$)



Perspectivas

A busca incessante pelo crescimento dos negócios, pela melhora na eficiência operacional e principalmente pelo atendimento de excelência aos nossos clientes e parceiros comerciais está presente em todos os momentos de nossa história. São parte de nossas discussões estratégicas, pois se caracterizam como elementos que sempre podem e devem ser melhorados.

Iniciamos o novo exercício trazendo os aprendizados de um ano em que alguns desafios se sobressaíram a algumas conquistas, mas que nos deixou mais fortes como Companhia e como equipe. Nossos planos continuam bem estruturados e nossa visão permanece a de seguir crescendo, focados no resultado, e na conquista de mais espaço em nossos mercados. Há oportunidades claras para a retomada do crescimento consolidado, e avenidas bem desenhadas para que o ano de 2024 seja melhor do que o findado em 31 de dezembro de 2023.

Além do crescimento da receita, que deve retomar a trajetória positiva, foi construída uma perspectiva de melhora nos resultados, com expansão de Margem Ebitda e de Margem Líquida no decorrer do novo ano.

Cada novo ciclo nos dá oportunidade para revisar as estratégias e ações realizadas no ciclo anterior, corrigir os pontos de melhoria e reforçar os acertos. Assim iniciamos 2024, seguros de que as revisões necessárias foram feitas ao longo de 2023 e os acertos devem voltar a ter o seu merecido destaque em nossos negócios.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Realização de impostos diferidos ativos

Porque é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.3 e nº 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados relacionados substancialmente a controlada Renovigi Energia Solar Ltda., a qual atua no segmento de energia solar e que apresentou prejuízos no exercício corrente. Diante desse cenário se torna necessária a avaliação por parte da Companhia das projeções de lucros tributáveis futuros para utilização dos prejuízos fiscais e base negativa acumulados e, conseqüentemente, a realização do ativo diferido.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são materiais para a auditoria; (ii) a estimativa de resultados tributáveis futuros necessários para realização dos impostos diferidos ativos é complexa e envolve subjetividade em relação as premissas utilizadas e trata-se de um julgamento relevante da Diretoria; (iii) alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor dos impostos diferidos ativos; e (iv) o assunto gerou extensão de procedimentos de auditoria e interações com a Diretoria da Companhia para avaliação do tema.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) recálculo dos impostos diferidos; (ii) avaliação da razoabilidade da metodologia, das premissas relevantes utilizadas pela Companhia na preparação da projeção de lucros tributáveis futuros e consistência com as informações do mercado e/ou dados históricos e se são condizentes com o orçamento aprovado pelos órgãos de Governança da Companhia, analisando também a intenção e capacidade da Diretoria em executar o plano; (iii) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados as projeções de resultados futuros; e (iv) avaliação das divulgações requeridas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base em nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas entendemos que os critérios de reconhecimento contábil dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação da recuperabilidade de ativo intangível com vida útil indefinida

Porque é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.1 e nº 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos significativos de ativo intangível de vida útil indefinida representados por ágios gerados em combinações de negócios, especialmente no segmento de Energia. Esses ativos devem ter o seu valor recuperável avaliado anualmente ou sempre que houver indícios de eventual perda de valor econômico.

As avaliações da necessidade, ou não, de registro de provisão para não realização do ágio (“impairment”) foram suportadas por projeções futuras de fluxos de caixa descontados preparados pela Companhia e que levaram em consideração o cenário econômico do segmento e os planos de negócios e orçamento preparados pela Diretoria e aprovados em seus níveis de governança.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores registrados de ágio referente a Unidade Geradora de Caixa (UGC) de Energia são considerados materiais para a auditoria; (ii) a determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e a definição de premissas de taxas de desconto e de crescimento das operações nos períodos projetados e na perpetuidade envolvem alto grau de julgamento pela Diretoria; (iii) alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes no valor recuperável do Ágio, e conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (iv) o assunto gerou extensão de procedimentos de auditoria e frequentes interações com a Diretoria da Companhia para avaliação do tema no decorrer da auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Diretoria com relação à análise do valor recuperável do ágio da UGC de Energia; (ii) a avaliação dos riscos associados às premissas utilizadas pela Diretoria nas projeções de fluxo de caixa descontado; (iii) a análise e desafio dos planos de negócios da Companhia para a UGC de Energia, com base no orçamento aprovado pelos órgãos de Governança da Companhia, envolvendo avaliação de consistência das projeções com informações externas de mercado; (iv) a avaliação dos cálculos de recuperabilidade do ágio alocado à UGC de Energia; (v) o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas na avaliação e no desafio das premissas e metodologia considerada para definição da taxa de desconto.

Com base em nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas entendemos que a determinação do valor recuperável do ágio da UGC de Energia e as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.303.169	1.556.826	1.254.967	1.505.917
Títulos e valores mobiliários	6	2.916	4.461	1.545	1.365
Contas a receber de clientes	7	950.998	809.169	897.619	772.743
Estoques	8	1.167.552	1.333.271	1.039.756	1.167.187
Tributos a recuperar	9	154.276	92.153	84.174	64.476
Instrumentos financeiros derivativos	25.2	-	5.078	-	3.777
Outros créditos		34.839	21.040	29.838	17.149
Total do ativo circulante		3.613.750	3.821.998	3.307.899	3.532.614
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	9.771	10.008	9.771	10.008
Contas a receber de clientes	7	23.669	25.967	23.669	25.967
Depósitos judiciais	17.c	5.754	4.760	5.546	4.628
Tributos diferidos	24	66.539	29.944	45.059	33.449
Tributos a recuperar	9	972	46.122	4.717	4.336
Partes relacionadas	32	-	-	136.648	60.864
Outros créditos		6.539	6.204	6.456	5.726
Investimentos	11	3.739	5.169	467.066	384.227
Direito de uso de arrendamento	10	12.661	29.657	7.963	7.992
Imobilizado	12	605.335	492.602	569.531	457.695
Intangível	13	539.556	514.951	134.273	105.745
Total do ativo não circulante		1.274.535	1.165.384	1.410.699	1.100.637
Total do ativo		4.888.285	4.987.382	4.718.598	4.633.251

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	14.a	698.061	710.204	671.309	658.070
Fornecedores risco sacado	14.b	179.063	292.519	179.063	292.519
Financiamentos e empréstimos	15	120.483	235.540	95.581	99.954
Arrendamento mercantil	10	5.169	10.823	4.552	5.805
Instrumentos financeiros derivativos	25.2	3.782	1.508	3.213	-
Salários, encargos e participações a pagar	16	112.448	118.495	101.585	107.844
Tributos a recolher		28.822	18.766	22.481	15.563
Provisão para garantias	18	27.394	31.448	19.243	20.330
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17.a	1.329	950	1.071	908
Obrigações por aquisição de empresa	19	7.706	132.740	7.706	132.740
Juros sobre capital próprio/dividendos	21.f	45.702	55.801	45.702	55.801
Outras contas a pagar	20	136.327	137.695	116.241	87.838
Total do passivo circulante		1.366.286	1.746.489	1.267.747	1.477.372
Passivo não circulante					
Fornecedores	14.a	-	30	-	30
Financiamentos e empréstimos	15	793.532	829.675	787.135	825.867
Arrendamento mercantil	10	8.143	21.436	3.751	2.623
Tributos a recolher		979	1.614	957	1.574
Provisão para garantias	18	32.518	40.516	-	-
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17.a	20.232	19.635	15.111	15.043
Obrigações por aquisição de empresa	19	26.837	71.058	26.837	71.058
Outras contas a pagar	20	16.236	8.647	16.236	8.647
Total do passivo não circulante		898.477	992.611	850.027	924.842
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	1.700.000	1.074.500	1.700.000	1.074.500
Reserva de capital	21.b	(26.701)	(26.701)	(26.701)	(26.701)
Reserva de lucros	21.c	927.806	1.183.981	927.806	1.183.981
Ajustes de avaliação patrimonial	21.d	(969)	(833)	(969)	(833)
Ajustes acumulados de conversão	21.e	688	90	688	90
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		2.600.824	2.231.037	2.600.824	2.231.037
Participação de não controladores		22.698	17.245	-	-
Total do patrimônio líquido		2.623.522	2.248.282	2.600.824	2.231.037
Total do passivo e patrimônio líquido		4.888.285	4.987.382	4.718.598	4.633.251

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	26	4.103.676	4.232.623	3.792.130	3.772.934
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(2.826.669)	(3.031.094)	(2.635.830)	(2.718.164)
Lucro bruto		1.277.007	1.201.529	1.156.300	1.054.770
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(560.321)	(511.276)	(485.505)	(440.083)
Administrativas e gerais	28	(238.140)	(225.021)	(189.708)	(183.526)
Equivalência patrimonial	11	-	-	(30.701)	(6.498)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	42.779	(1.858)	71.219	23.616
		(755.682)	(738.155)	(634.695)	(606.491)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		521.325	463.374	521.605	448.279
Receitas financeiras	29	222.743	154.088	228.262	155.633
Despesas financeiras	29	(214.430)	(122.013)	(198.182)	(102.571)
Variação cambial líquida	29	(12.944)	(25.386)	(15.626)	(20.295)
Resultado antes dos impostos		516.694	470.063	536.059	481.046
Imposto de renda e contribuição social - correntes	24.b	(7.731)	(3.358)	(3.438)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24.b	36.595	12.543	11.610	(784)
Lucro líquido do exercício		545.558	479.248	544.231	480.262
Lucro líquido do exercício atribuído para:					
Participação controladores		544.231	480.262	544.231	480.262
Participação de não controladores		1.327	(1.014)	-	-
Lucro líquido do exercício		545.558	479.248	544.231	480.262
Lucro líquido por ação - Básico e diluído (em R\$)	22	1,66	1,46	1,66	1,46

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	545.558	479.248	544.231	480.262
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Outros resultados abrangentes				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	764	(171)	598	(171)
	546.322	479.077	544.829	480.091
Resultado abrangente total				
Resultado abrangente atribuído para:				
Participação controladores	544.829	480.091	544.829	480.091
Participação de não controladores	1.493	(1.014)	-	-

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nota	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
			Legal	Incentivos fiscais	Lucros retidos	Investimentos						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.074.500	(26.701)	81.405	281.307	490.212	-	(558)	261	-	1.900.426	18.713	1.919.139
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(275)	-	275	-	-	-
Mais valia decorrente de aquisição, líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(454)	(454)
Variação cambial sobre investimento em controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(171)	-	(171)	-	(171)
11.1												
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(23.469)	-	-	-	-	(23.469)	-	(23.469)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	480.262	480.262	(1.014)	479.248
Destinações:												
Reserva legal	-	-	24.013	-	-	-	-	-	(24.013)	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	(466.763)	500.000	-	-	(33.237)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.549)	(84.549)	-	(84.549)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.462)	(41.462)	-	(41.462)
Lucros retidos	-	-	-	-	297.276	-	-	-	(297.276)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.074.500	(26.701)	105.418	281.307	297.256	500.000	(833)	90	-	2.231.037	17.245	2.248.282
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(136)	-	136	-	-	-
Adição de minoritário em função de combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.960	3.960
Variação cambial sobre investimento em controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	598	-	598	166	764
11.1												
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(29.410)	-	-	-	-	(29.410)	-	(29.410)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(38.895)	-	-	-	-	(38.895)	-	(38.895)
Aumento no limite da reserva de investimentos	-	-	-	-	(228.951)	228.951	-	-	-	-	-	-
21.c												
Aumento do capital social	625.500	-	-	(281.307)	-	(344.193)	-	-	-	-	-	-
21.a												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	544.231	544.231	1.327	545.558
Destinações:												
Reserva legal	-	-	27.212	-	-	-	-	-	(27.212)	-	-	-
21.c												
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	3.099	-	-	-	-	(3.099)	-	-	-
21.c												
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.500)	(52.500)	-	(52.500)
21.f												
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.237)	(54.237)	-	(54.237)
21.f												
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	407.319	-	-	(407.319)	-	-	-
21.c												
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.700.000	(26.701)	132.630	3.099	-	792.077	(969)	688	-	2.600.824	22.698	2.623.522

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		516.694	470.063	536.059	481.046
Ajustes por:					
Juros provisionados e variação cambial		150.014	107.765	124.813	93.392
Depreciação	10;12	52.027	41.385	43.303	33.591
Amortização	13	27.213	28.263	10.346	5.566
Resultado de equivalência patrimonial	11.1	-	-	30.701	6.498
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17.a	976	(222)	231	67
Provisão para perda de crédito esperada	7	6.016	18.651	5.560	17.997
Provisão para perdas com estoques	8	12.177	4.615	44.198	(1.060)
Créditos tributários	28	(120.930)	(105.769)	(119.172)	(102.058)
Ajuste a valor presente		(1.547)	18.841	(1.166)	18.706
Provisão descontos comerciais		18	1.882	(172)	1.882
Provisão para garantias	18	(12.052)	1.276	(1.087)	3.135
Instrumentos financeiros derivativos		7.253	1.829	6.891	5.453
Resultado na baixa de passivo financeiro	19	(63.933)	-	(63.933)	-
Resultado na baixa de arrendamentos, imobilizado e intangível	10;12;13	17.667	11.093	17.013	8.804
		591.593	599.672	633.585	573.019
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		(132.224)	(210.428)	(126.867)	(208.864)
(Aumento) redução em estoques		185.433	73.406	80.436	78.837
(Aumento) redução em tributos a recuperar		106.627	85.673	99.093	93.629
(Aumento) redução em depósitos judiciais		(994)	(1.949)	(918)	(1.817)
(Aumento) redução em outros ativos		(11.486)	8.722	(13.362)	(28.464)
Aumento (redução) em fornecedores		(175.011)	46.997	(93.757)	49.303
Aumento (redução) em salários, encargos e participação a pagar		(6.558)	11.265	(6.259)	13.541
Aumento (redução) em tributos a recolher		(3.161)	19.421	(2.802)	20.110
Aumento (redução) em outras contas a pagar		4.877	10.899	35.992	(13.048)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.208)	(17.662)	(6.271)	(14.468)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		548.888	626.016	598.870	561.778
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de bens dos ativos imobilizados	12;33	(171.080)	(158.114)	(162.862)	(148.955)
Aquisições de investimentos em controladas (líquido do caixa e equivalentes de caixa adquirido)	11;19	(1.985)	(70.861)	(9.131)	(70.861)
Aumento de capital em investida	11;33	-	-	(58.228)	-
Dividendos recebidos	11	-	-	5.500	8.969
Aquisições (baixas) de outros investimentos	11	1.430	(1.253)	1.450	(1.253)
Aquisições de bens dos ativos intangíveis	13	(42.743)	(44.810)	(40.812)	(43.525)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	33	-	-	(142.400)	(40.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(214.378)	(275.038)	(406.483)	(295.625)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos tomados (líquido de despesas com debêntures)	15	29.350	740.954	27.000	600.040
Empréstimos pagos (principal)	15	(219.398)	(314.860)	(79.984)	(127.809)
Empréstimos pagos (juros)	15	(90.438)	(33.123)	(86.342)	(23.494)
Pagamento de arrendamento (principal)	10	(7.586)	(5.523)	(5.346)	(4.172)
Pagamento de arrendamento (encargos financeiros)	10	(1.731)	(1.565)	(301)	(382)
Pagamento por aquisição de empresas (principal)	19	(115.338)	(3.334)	(115.338)	(3.334)
Pagamento por aquisição de empresas (juros)	19	(9.821)	(2.071)	(9.821)	(2.071)
Dividendos pagos	21.f	(83.647)	(89.213)	(83.647)	(89.213)
Juros sobre o capital próprio pagos	21.f	(89.558)	(26.275)	(89.558)	(26.275)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(588.167)	264.990	(443.337)	323.290
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(253.657)	615.968	(250.950)	589.443
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.556.826	940.858	1.505.917	916.474
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	1.303.169	1.556.826	1.254.967	1.505.917

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	4.917.270	5.014.173	4.579.169	4.507.995
Vendas de mercadorias, produtos e serviços líquido de devoluções	4.702.269	4.941.675	4.368.949	4.442.344
Receitas relativas à construção de ativos próprios	99.970	72.340	99.970	72.340
Outras receitas	121.047	18.809	115.810	11.308
Provisão para perda de crédito esperada	(6.016)	(18.651)	(5.560)	(17.997)
Insumos adquiridos de terceiros	(3.231.879)	(3.551.753)	(2.937.240)	(3.147.896)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.439.622)	(2.822.657)	(2.295.148)	(2.559.375)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(791.470)	(728.787)	(641.305)	(588.212)
Perda / recuperação de valores ativos	(787)	(309)	(787)	(309)
Valor adicionado bruto	1.685.391	1.462.420	1.641.929	1.360.099
Depreciação e amortização	(79.240)	(69.648)	(53.649)	(39.157)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.606.151	1.392.772	1.588.280	1.320.942
Valor adicionado recebido em transferência	372.172	353.053	327.308	324.297
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(30.701)	(6.498)
Receitas financeiras, variações cambiais positivas	372.172	353.053	358.009	330.795
Valor adicionado total a distribuir	1.978.323	1.745.825	1.915.588	1.645.239
Distribuição do valor adicionado	1.978.323	1.745.825	1.915.588	1.645.239
Pessoal	505.708	456.299	490.775	445.277
Remuneração direta	412.348	378.763	399.104	369.221
Benefícios	69.245	55.982	68.358	55.183
FGTS	24.115	21.554	23.313	20.873
Impostos, taxas e contribuições	545.837	452.189	533.091	410.410
Federais	95.789	51.844	88.368	15.774
Estaduais	447.297	398.054	443.469	393.568
Municipais	2.751	2.291	1.254	1.068
Remuneração de capitais de terceiros	381.220	358.089	347.491	309.290
Juros e variações cambiais negativas	375.493	346.510	342.244	298.172
Aluguéis	5.727	11.579	5.247	11.118
Remuneração de capitais próprios	545.558	479.248	544.231	480.262
Juros sobre o capital próprio e lucros distribuídos	106.737	126.011	106.737	126.011
Lucros retidos no exercício	438.821	353.237	437.494	354.251

1. Contexto operacional

A Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (a “Companhia” ou “Intelbras”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 22 de março de 1976, com sede na cidade de São José (SC). Possui filial no próprio município de São José (SC) e nos municípios de Tubarão (SC), Santa Rita do Sapucaí (MG), Manaus (AM), Jaboatão dos Guararapes (PE). Possui também empresas controladas no Brasil nos municípios de Florianópolis (SC), Chapecó (SC), São José (SC) e no exterior na China e Colômbia.

A Companhia possui como atividades preponderantes a fabricação, desenvolvimento e comércio de (i) equipamentos de segurança eletrônica e serviços para vigilância e monitoramento eletrônico; (ii) equipamentos, serviços e terminais de consumo para comunicação de voz e/ou dados e meios para comunicação de voz e/ou dados de uso profissional, equipamentos de redes, meios e soluções para a infraestrutura de comunicação de dados; e (iii) produtos de energia e energia solar.

A Companhia está listada no segmento do Novo Mercado da B3 desde fevereiro de 2021 e tem suas ações negociadas sob o código “INTB3”.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2024.

1.1 Combinação de negócios

a) Aquisição Renovigi

Em 29 de abril de 2022, a Companhia comunicou ao mercado a conclusão do processo de aquisição de 100% do capital social da Renovigi Energia Solar Ltda (“Renovigi”). A aquisição diversifica seu portfólio de produtos bem como amplia a sua rede de parceiros e de canais de venda, reforçando sua frente de negócios da linha solar de forma acelerada e sinérgica. A Companhia procedeu com a contratação de especialistas para avaliação dos ativos e passivos da Renovigi a valor justo, através do processo de alocação do Preço de Compra (“PPA” – Purchase Price Allocation).

Em 30 de novembro de 2022, a Companhia celebrou aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, finalizando as negociações relativas à aquisição da Renovigi (“Aditivo ao Contrato”) fixando o preço final da aquisição, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.2.2.

b) Aquisição Allume

No dia 06 de outubro de 2023, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, por meio do qual adquiriu 55% das ações representativas do capital social da Allume Holding S.A.S. (“Allume” ou “Adquirida”), empresa com a qual a Companhia já mantinha relacionamento comercial. Fundada em 1997 em Cali - Colômbia, a adquirida revende produtos relacionados à segurança eletrônica, redes, comunicação, automação predial e gestão de energia, oferecendo produtos de marca própria e de terceiros.

A adquirida possui quatro controladas diretas e é uma das líderes do mercado colombiano, reconhecida por sua abrangência e excelência no atendimento a distribuidores e revendedores locais. Na nota explicativa nº 11.2.1 a Companhia divulga maiores informações sobre esta aquisição.

2. Base de elaboração das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem a legislação societária e as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação sobre sua capacidade de continuar operando ao preparar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação são preparadas usando-se a moeda funcional de cada investida. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas investidas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme relacionadas na tabela abaixo:

Denominação	Atividade principal	País	% Participação		Participação
			31/12/2023	31/12/2022	
Ascent Asia Limited	Consultoria comercial e gestão empresarial	China	100%	100%	Direta
Ascend Trading & Consultation (Shenzhen) Company Limited. (a)	Prestação de serviços de consultoria de comércio e logística	China	100%	100%	Indireta
Décio Indústria Metalúrgica Ltda.	Fabricação de estruturas para servidores	Brasil	100%	100%	Direta
Seventh Ltda.	Soluções voltadas à videomonitoramento, controle de acesso, portaria remota e gerenciamento de eventos	Brasil	100%	100%	Direta
Khomp Indústria e Comércio Ltda.	Desenvolvimento de produtos eletroeletrônicos de telecomunicação e de informática, e prestação de serviços nas áreas de consultoria	Brasil	75%	75%	Direta
Expectrun Tecnologia da Informação Ltda. (b)	Desenvolvimento de SaaS por meio de plataformas para aplicações IoT in Box	Brasil	70%	70%	Indireta
Renovigi Energia Solar Ltda.	Fabricação, comercialização e instalação de geradores fotovoltaicos	Brasil	100%	100%	Direta
Allume Holding S.A.S.	Investimentos em empresas Colombianas e Estrangeiras	Colômbia	55%	-	Direta
Lince Comercial S.A.S (c)	Distribuidor atacadista de produtos relacionados à segurança eletrônica, automação predial e gerenciamento de energia	Colômbia	100%	-	Indireta
UXE S.A.S (c)	Distribuidor de produtos Lince Comercial S.A.S.	Colômbia	100%	-	Indireta
Modo Seguridad 365 S.A.S (c)	Comercialização de sistemas e dispositivos de segurança eletrônica	Colômbia	100%	-	Indireta
Emer-Tech LLC (c)	Comercialização de produtos e periféricos de informática	Estados Unidos	100%	-	Indireta

(a) Investida da Ascent Asia Limited

(b) Investida da Khomp Indústria e Comércio Ltda.

(c) Investida da Allume Holding S.A.S

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que estão presentes os seguintes elementos de controle: possuir poder em relação à investida; apresentar exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e possuir capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo pronunciamento técnico CPC 36 / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir;
- Todos os saldos relevantes de transações entre empresas do grupo são eliminados;
- Eliminação dos saldos de investimento na proporção de seu respectivo patrimônio; e
- Reclassificação das mais-valias conforme a natureza de cada saldo.

A Companhia não possui investimentos em coligadas ou joint ventures.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificados na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada à terceiros que não estejam sob controle da Companhia, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (R\$), moeda funcional, às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (R\$) às taxas médias de câmbio.

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, sendo classificados como (i) custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e (iii) ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos. Ou seja, como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Desta forma, o modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando gera fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o saldo de principal em aberto. Essa avaliação é executada por instrumento financeiro. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo através do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Para contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento, a mensuração inicial é ao preço da operação.

Reconhecimento subsequente

Para fins de mensuração subsequente os ativos financeiros estão classificados na categoria descrita a seguir:

Custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros ao custo amortizado ou (iii) como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente os passivos financeiros estão classificados na categoria descrita a seguir:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): após o reconhecimento inicial empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio, ágio ou deságio na aquisição e taxas e custos que são integrantes do método de taxa efetiva. Outros passivos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, fornecedores e outras contas a pagar com aquisição de empresas.

Desreconhecimento

Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.6 Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido.

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.7 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado, para o exercício corrente e comparativo são os seguintes:

	<u>Vidas úteis</u>
Edificações	60 anos
Máquinas, equipamentos e instrumentos	5 - 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações e benfeitorias	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores	3 - 5 anos
Outros	1 - 5 anos

Outras adições são capitalizadas apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de dispêndio é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

3.8 Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado nas demonstrações financeiras da controladora como parte do investimento e juntamente com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. O teste por perda de valor recuperável é feito anualmente, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O ágio é alocado a uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(ii) Acordo de não competição

Os acordos de não-competição adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data da aquisição. Os acordos de não-competição têm vida útil definida e são contabilizados ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada do acordo de não competição, estimada em 5 anos.

(iii) Marcas e patentes

As marcas registradas e patentes são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e patentes avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 8 a 14 anos.

(iv) Projetos em andamento

Os custos com projetos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto dos projetos, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento dos projetos e uma parcela adequada das despesas diretas.

Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projetos reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

(v) Relacionamento com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas ao valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada das relações com clientes, estimada em 14 anos.

(vi) Programas de computador (softwares)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software.

(vii) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, as quais atualmente giram em torno de cinco anos.

3.9 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência, ou em recuperação judicial.

3.10 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.11 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e impostos de renda e contribuição social diferidos, são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os estoques são avaliados mensalmente e provisão para perda com obsolescência é registrada, conforme descrito na nota explicativa nº 4.5.

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Detalhes sobre as premissas adotadas estão descritas na nota explicativa nº 13.

Exceto pela provisão para perdas com estoques (nota explicativa nº 8), a Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.12 Contas a receber

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia é detentora de valores a receber, com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-os, subsequentemente, pelo custo amortizado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas. As provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas a partir da aplicação da média histórica de perdas realizadas e previstas para o exercício sobre contas a receber em aberto no encerramento do exercício.

3.13 Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, assistência médica, vale-transporte e remuneração variável. A Companhia não possui benefícios classificados como benefício definido nos exercícios demonstrados nesta demonstração financeira.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em política aprovada pela Administração e divulgada aos funcionários. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. As provisões relevantes estão mencionadas na nota explicativa nº 4.

3.15 Receita operacional

As receitas da Companhia são geradas exclusivamente pela venda de produtos e serviços de segurança, comunicação e energia, como descrito na nota explicativa nº 1.

As receitas são reconhecidas pelo seu valor justo quando, quando atingidas as seguintes condições:

- i) O controle sobre os produtos é transferido para o comprador;
- ii) Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelos produtos vendidos;
- iii) Os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis;
- iv) Os serviços são prestados.

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Há componente de financiamento significativo nos contratos considerando o período existente entre o recebimento do pagamento e a transferência do controle deste equipamento, bem como as taxas de juros de mercado. Desta forma, o preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa de juros implícita no contrato (vide nota explicativa nº 7).

A Companhia mantém programas de desconto e incentivo a vendas, pelos quais oferece abatimentos por volume de vendas contratadas pelos clientes. Os descontos podem ser por categoria de cliente ou quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede a um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente ou com pagamentos financeiros. A Companhia aplica o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável para se ajustar os valores de venda (vide nota explicativa nº 4.6).

3.16 Incentivos fiscais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislações aplicáveis a cada benefício.

Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, sendo os ganhos referentes ao Crédito financeiro – Lei nº 13.969/19 contabilizados no grupo de Outras (despesas) receitas operacionais líquidas, conforme nota explicativa nº 23, e os demais ganhos contabilizados no grupo das deduções de vendas. Os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

3.17 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado.

A Companhia também possui despesa com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste dos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.19 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica “Receitas de vendas de mercadorias”, pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua reversão é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

3.20 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 R1 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.21 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas Empresas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).

3.22 Distribuição de lucros

É assegurado aos acionistas, por meio do Capítulo VI do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição se torna uma obrigação presente na data do balanço, referindo-se à parcela de dividendo mínimo obrigatório não antecipado e/ou dividendos complementares, cuja aprovação para distribuição tenha sido devidamente aprovada até a data base das demonstrações financeiras.

3.23 Novas normas contábeis

A Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS com adoção obrigatória para o exercício anual iniciado em 1º de janeiro de 2023, as quais não resultaram em qualquer impacto material nas divulgações das demonstrações financeiras:

- Nova norma contábil **IFRS 17/CPC 50** - Contratos de Seguro – que abrange o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro;
- Alterações à **IAS 1/CPC 26(R1)** - Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS *Practice Statement 2* - que estabelecem exemplos e orientações relacionadas a aplicação de julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis;
- Alterações à **IAS 12/ CPC 32** - Tributos sobre o Lucro — que reduzem as exceções de reconhecimento inicial de impostos diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Simples Transação. Tal alteração fez com que transações que geram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais não sejam enquadradas nas exceções, como por exemplos arrendamentos e passivos de desativação;
- Alterações à **IAS 8/CPC 23** - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - que esclarecem as distinções entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia optou por não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida. A seguir serão listadas as IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1 - Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores;
- Alterações à IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como para novos pronunciamentos emitidos e em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, para os quais a Administração vem fazendo acompanhamento, concluindo que não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.24 Reapresentação nota explicativa nº 31 – Informação por Segmento

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, com intuito de aprimorar as divulgações das demonstrações financeiras, efetuou uma realocação entre os ativos por segmento divulgados na nota explicativa nº 31, após melhorias realizadas nos controles dos saldos destes ativos. Além disso, a partir de 2023, a Companhia passa a adicionar os saldos de estoques e outros valores não alocados anteriormente por segmento aos ativos apresentados na nota.

Para garantir a comparabilidade entre exercícios, os saldos comparativos dos ativos divulgados na nota explicativa nº 31 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram reapresentados conforme demonstrado a seguir:

ATIVOS	31/12/2022			
	Publicado	Reclassificação	Estoques e outros	Reapresentado
Comunicação	478.529	(51.529)	346.570	773.570
Segurança	720.199	(6.795)	647.102	1.360.506
Energia	594.266	58.324	389.294	1.041.884
	1.792.994	-	1.382.966	3.175.960

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. São realizadas revisões de estimativas e premissas continuamente, de modo que eventuais alterações são feitas de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são:

4.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa nº 13.

4.2. Combinação de negócios

Existem incertezas relacionadas ao processo de combinação de negócios em decorrência da apuração de ágio e dos saldos de valores justos dos ativos e passivos líquidos adquiridos, bem em suas estimativas de vida útil. A Companhia conta com o trabalho de consultores especializados para elaboração de laudo técnico de alocação do preço de compra das aquisições (PPA – *Purchase Price Allocation*). Detalhamento sobre as políticas contábeis materiais relacionadas a combinações de negócios são divulgadas na nota explicativa nº 3.1.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve a combinação de negócios relacionada à aquisição de 55% de participação na controlada Allume, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.2.2.

4.3. Realização de tributos diferidos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

4.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os detalhes sobre esta provisão estão sendo apresentados na nota explicativa nº 17.

4.5. Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques, com base na expectativa de utilização ou venda, no histórico de perdas, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização.

4.6. Provisão para descontos e verbas comerciais

A Companhia realiza pagamentos a seus clientes com a finalidade de realizar o desenvolvimento de mercado, tais como propaganda e marketing, conforme critérios pré-estabelecidos. Os gastos relacionados a programas relacionados a propaganda e marketing são reconhecidos como despesa de vendas. Ao final de cada exercício uma provisão é estimada e registrada com base nas metas já atendidas, mas ainda não realizadas e uma provisão é constituída para tais valores como redutora de contas a receber, no ativo, tendo como contrapartida receita de vendas. As estimativas de provisão levam em conta estimativas de vendas, de atendimento aos critérios estabelecidos, bem como dados históricos.

A Companhia também mantém programas pelos quais oferece aos seus clientes descontos mediante o atingimento de determinadas metas comerciais pré-definidas. Os descontos são apresentados como deduções das vendas, quando associados ao preço da transação, como mencionado na nota explicativa nº 3.15. A Companhia adota estimativas com base em critérios dos contratos e dados históricos para estimar o valor de ajuste das suas receitas, sendo os valores apresentados segregados na nota explicativa nº 26 – Receita operacional líquida.

4.7. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de clientes, conforme o canal de vendas, por estes apresentarem padrões de perda semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 7.

4.8. Provisão para garantias

A provisão para garantias é reconhecida no resultado no momento em que os produtos a que se referem são vendidos. A Companhia utiliza como base para mensuração da provisão os dados históricos de utilização das garantias. Além disso, realiza a ponderação de todas as probabilidades de desembolsos durante o período coberto pela garantia. Os detalhes sobre esta provisão estão sendo apresentados na nota explicativa nº 18.

4.9. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contabilizados a valor justo por meio do resultado, quais sejam os contratos de NDF (Non Deliverable Forward), para proteção de variação cambial sobre títulos com fornecedores estrangeiros; contrato de Swap para proteção contra variação cambial e de taxa de juros de financiamentos e empréstimos bancários; além do registro de obrigação por compra de participação na controlada Khomp Indústria de Comércio Ltda. referente a uma opção de venda detida pelos detentores da participação residual de 25% sobre essa empresa. As incertezas relacionadas a estes saldos são referentes à apuração dos seus respectivos valores justos.

4.10. Revisão da vida útil do imobilizado e intangível

A Companhia efetua julgamento para determinação da vida útil de seus ativos imobilizados e intangível. Essa estimativa é determinada com base no período em que se espera que estes ativos irão gerar benefício econômico para a Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	18.850	12.164	13.792	8.602
Caixa e bancos - moeda estrangeira	75.171	46.272	69.281	44.925
Aplicações financeiras	1.209.148	1.498.390	1.171.894	1.452.390
	1.303.169	1.556.826	1.254.967	1.505.917

As aplicações financeiras são constituídas por investimentos de curto prazo, classificados como equivalentes de caixa, e referem-se a papéis lastreados em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas com Instituições consideradas pela Administração como de 1ª linha, cujos rendimentos estão atrelados à taxa DI com possibilidades de resgates parciais ou totais sem restrições. Os valores estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos até a data de encerramento do balanço, que foram em média de aproximadamente 103% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102% em 31 de dezembro de 2022).

6. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (i)	11.142	11.739	9.771	8.643
Aplicações financeiras – “escrow account” (ii)	1.545	2.730	1.545	2.730
	12.687	14.469	11.316	11.373
Circulante	2.916	4.461	1.545	1.365
Não circulante	9.771	10.008	9.771	10.008

- (i) Refere-se a conta de aplicações financeiras com a finalidade de garantir as obrigações de indenizações dos vendedores da Khomp Indústria e Comércio Ltda. (empresa adquirida), sendo que a gestão destes depósitos é compartilhada e necessita de autorização de ambas as partes para movimentação. O contrato prevê o pagamento aos vendedores em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga em março de 2022 e a segunda parcela será paga cinco anos após a data de aquisição. Além disso, existem valores referente às garantias de empréstimos concedidos pela Caixa Econômica à controlada Renovigi.
- (ii) Refere-se a conta garantia (“escrow account”) com a finalidade de garantir as obrigações de indenizações dos vendedores da Seventh Ltda. (empresa adquirida). A liberação destes valores em favor dos vendedores vem ocorrendo em cinco parcelas anuais, sendo que a primeira foi paga em julho de 2021.

7. Contas a receber de clientes

Composição das contas a receber de clientes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
No país - terceiros	1.006.332	876.254	962.807	822.924
No país - partes relacionadas	-	-	120	15.192
No exterior - terceiros	29.253	14.683	11.215	12.364
No exterior - partes relacionadas	-	-	3.205	-
	1.035.585	890.937	977.347	850.480
Provisão para perda esperada para risco de crédito	(39.289)	(33.273)	(35.356)	(29.796)
Ajuste a valor presente – AVP	(21.629)	(22.528)	(20.703)	(21.974)
	974.667	835.136	921.288	798.710
Circulante	950.998	809.169	897.619	772.743
Não circulante	23.669	25.967	23.669	25.967

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de “Receita operacional líquida” e sua recomposição é registrada como receita financeira no resultado financeiro. A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi, na média, de 12,22% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (12,63% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer até 360 dias	903.122	794.780	870.275	764.595
A vencer mais 360 dias	35.206	29.828	33.609	29.815
Vencidos até 30 dias	40.007	25.628	27.456	21.390
Vencidos até 90 dias	9.817	9.591	6.012	8.380
Vencidos até 180 dias	6.469	4.519	4.921	3.510
Vencidos até 360 dias	10.937	9.079	9.175	8.130
Vencidos a mais de 360 dias	30.027	17.512	25.899	14.660
Saldo final	1.035.585	890.937	977.347	850.480

Movimentação da provisão para perda esperada para risco de crédito:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(33.273)	(14.084)	(29.796)	(11.799)
Constituição	(7.781)	(20.615)	(6.086)	(18.575)
Saldo proveniente da aquisição de controlada	-	(538)	-	-
Reversão	1.765	1.964	526	578
Saldo final	(39.289)	(33.273)	(35.356)	(29.796)

A Companhia utiliza uma abordagem simplificada, como permitido pelo CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, para constituir de forma prospectiva um complemento de provisão de perdas esperadas. Esta estimativa é calculada tendo como base as perdas históricas sobre vendas, sendo aplicada sobre todas as contas a receber, incluindo-se os saldos a vencer. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia e de suas controladas.

8. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	385.885	439.652	335.984	376.474
Produtos em elaboração	83.246	64.102	76.547	57.361
Matérias-primas e materiais auxiliares	335.894	504.954	287.200	382.257
Importações em andamento	433.863	371.647	409.278	363.253
Adiantamentos a fornecedores	29.064	38.676	21.919	32.019
	1.267.952	1.419.031	1.130.928	1.211.364
Provisão para obsolescência	(63.638)	(51.461)	(54.421)	(10.223)
Ajuste a valor presente – AVP	(36.762)	(34.299)	(36.751)	(33.954)
	1.167.552	1.333.271	1.039.756	1.167.187

Movimentação da provisão para obsolescência:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(51.461)	(15.369)	(10.223)	(11.283)
Constituição (i)	(82.496)	(16.938)	(53.916)	(7.707)
Saldo proveniente da aquisição de controlada	-	(31.477)	-	-
Reversão (ii)	70.319	12.323	9.718	8.767
Saldo final	(63.638)	(51.461)	(54.421)	(10.223)

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia identificou a necessidade de constituição de provisão para matérias primas obsoletas, resultando em um incremento de provisão não recorrente no montante de R\$29.413.

(ii) A controlada Renovigi realizou em 2023 descartes dos estoques identificados como obsoletos após a aquisição em 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 11, com isso, uma parcela das provisões constituídas na data da aquisição foi consumida.

9. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS (a)	57.219	52.614	1.608	1.336
Crédito financeiro – Lei Nº 13.969/19 (b)	26.394	24.506	25.941	23.895
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	3.070	6.690	2.584	6.414
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	11.034	9.138	9.073	354
Programa de integração social – PIS	2.229	2.014	1.965	77
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	45.849	35.240	43.751	33.841
Impostos sobre produtos industrializados – IPI	5.759	7.840	3.732	2.671
Outros	3.694	233	237	224
	155.248	138.275	88.891	68.812
Circulante	154.276	92.153	84.174	64.476
Não circulante	972	46.122	4.717	4.336

(a) O Convênio 101/1997 isenta do ICMS as operações de vendas de geradores solares, além de conceder a manutenção dos créditos nas aquisições dos insumos para a fabricação desses produtos, gerando saldo credor acumulado do ICMS nas operações com produtos solares. A Companhia solicitou a habilitação dos referidos saldos credores junto aos estados de Santa Catarina e São Paulo referentes aos períodos de 2018 a 2022, e agora aguarda os demais trâmites e liberação dos valores destes estados. Para a realização do referido saldo credor, estuda-se a possibilidade de venda dos créditos, onde a conclusão estimada é para o 4º trimestre de 2024, conforme aprovação dos Estados de SC e SP.

(b) A Lei nº 13.969/2019 revogou os benefícios de redução da alíquota do IPI para os bens de informática produzidos com Processo Produtivo Básico (PPB) e habilitados em Portarias Interministeriais e constituiu o crédito financeiro para compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação. Este novo incentivo ficará em vigor até 31 de dezembro de

2029. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui crédito no montante de R\$26.394, saldo consolidado, o qual vem sendo compensado com tributos federais periodicamente. Este saldo está sendo registrado em contrapartida a rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” no resultado do exercício e a Companhia espera compensar o total dos créditos dentro de 12 meses.

10. Arrendamentos

Ativo de direito de uso de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de ativo de direito de uso de arrendamento correspondem a empilhadeiras, salas administrativas e galpões logísticos.

Movimentação de ativos de direito de uso:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial líquido	29.657	9.862	7.992	3.390
Saldo proveniente da aquisição de controlada	-	16.347	-	-
Adições	6.363	10.667	5.221	9.399
Depreciação	(7.864)	(7.110)	(5.250)	(4.797)
Baixas	(15.272)	-	-	-
Variação cambial	(223)	(109)	-	-
Saldo final líquido	12.661	29.657	7.963	7.992

Composição do saldo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo total	25.643	38.078	18.514	13.266
Depreciação acumulada	(12.982)	(8.263)	(10.551)	(5.274)
Variação cambial acumulada	-	(158)	-	-
Saldo final líquido	12.661	29.657	7.963	7.992

Passivo de arrendamento

Movimentação de passivo de arrendamento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial líquido	32.259	10.293	8.428	3.583
Saldo proveniente de aquisição de controlada	-	18.122	-	-
Adições	6.363	10.667	5.221	9.399
Juros provisionados e variação cambial	1.625	265	301	-
Baixas	(17.618)	-	-	-
Pagamento de principal	(7.586)	(5.523)	(5.346)	(4.172)
Pagamento de juros	(1.731)	(1.565)	(301)	(382)
Saldo final líquido	13.312	32.259	8.303	8.428
Circulante	5.169	10.823	4.552	5.805
Não circulante	8.143	21.436	3.751	2.623

Pagamentos mínimos:

31/12/2023 – Consolidado						
	Em 1 ano	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Pis/Cofins Potencial *
Valores mínimos a pagar	5.818	6.040	1.530	2.193	15.581	2.283
Despesas de juros	(649)	(864)	(476)	(280)	(2.269)	(283)
	5.169	5.176	1.054	1.913	13.312	2.000

31/12/2023 – Controladora						
	Em 1 ano	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Pis/Cofins Potencial *
Valores mínimos a pagar	5.018	4.079	-	-	9.097	841
Despesas de juros	(466)	(328)	-	-	(794)	(73)
	4.552	3.751	-	-	8.303	768

* Refere-se ao valor de créditos de PIS e Cofins a serem obtidos com os valores de arrendamento.

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos dos contratos	Taxa anual
	31/12/2023
3 anos	10,72%
4 anos	3,92%
5 anos	3,92%
20 anos	3,93%

11. Investimentos

11.1 Movimentações dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 os investimentos da Companhia são compostos por participações em empresas controladas, bem como outros investimentos, conforme quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos em controladas	-	-	115.863	31.581
Mais valia na aquisição de empresas (*)	-	-	100.795	112.315
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (**)	-	-	246.795	235.268
Outros investimentos (***)	3.739	5.169	3.613	5.063
	3.739	5.169	467.066	384.227

(*) Refere-se a mais valia apurada nas aquisições das controladas Decio, Seventh, Khomp e Renovigi.

(**) Referem-se a ágios registrados pelas aquisições da Decio e Seventh, Khomp, Renovigi e Allume.

(***) Referem-se ao valor de cota no Fundo de Investimento em Participação Sul Inovação, no qual detém 4,80% e Investimento na Gruvi no qual detém 4,99%.

A abertura dos investimentos em controladas é demonstrada abaixo:

Investida	Controle	Participação		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ascent	Controlada	100%	100%	1.165	1.146
Seventh	Controlada	100%	100%	12.334	10.077
Décio	Controlada	100%	100%	10.636	7.271
Khomp	Controlada	75%	75%	45.069	39.560
Renovigi	Controlada	100%	100%	41.798	(26.473)
Allume	Controlada	55%	-	4.861	-
				115.863	31.581

A movimentação dos investimentos é demonstrada abaixo:

Investida	31/12/2022	Adição (Baixa)	Equivalência Patrimonial	Varição Cambial	Dividendos	31/12/2023
Ascent	1.146	-	114	(95)	-	1.165
Seventh	10.077	-	7.757	-	(5.500)	12.334
Décio	7.271	-	3.365	-	-	10.636
Khomp	39.560	-	5.509	-	-	45.069
Renovigi (i)	(26.473)	104.015	(35.744)	-	-	41.798
Allume	-	4.839	(182)	204	-	4.861
Mais valias	112.315	-	(11.520)	-	-	100.795
Ágios	235.268	11.038	-	489	-	246.795
Outros	5.063	(1.450)	-	-	-	3.613
	384.227	118.442	(30.701)	598	(5.500)	467.066

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram deliberados dois aumentos de capital, totalizando R\$104.015 na investida Renovigi, sendo o primeiro em 17 de janeiro de 2023, no valor de R\$51.717, e o segundo em 1º de junho de 2023, no valor de R\$52.298, mediante a subscrição de um total de 104.014.995 novas quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional pela Companhia por meio de empréstimos concedidos em exercícios anteriores no valor de R\$45.787 e transferências de recursos em 2023 de R\$58.228.

11.2 Combinação de negócios

11.2.1 Aquisição realizada em 2023 – Allume Holding S.A.S

No dia 06 de outubro de 2023, a Companhia realizou a aquisição de 55% da participação societária no capital social da empresa Allume Holding S.A.S.

Fundada em 1997 em Cali – Colômbia, a Allume atua nos segmentos de segurança eletrônica, redes, comunicação, automação predial e gestão de energia, oferecendo produtos de marca própria e de terceiros. A adquirida possui quatro controladas diretas e é uma das líderes do mercado colombiano, reconhecida por sua abrangência e excelência no atendimento a distribuidores e revendedores locais.

O valor total da operação foi de US\$ 3.058, convertido pela cotação do câmbio na data da aquisição de R\$ 5,1918, obtendo, assim, o montante da contraprestação de R\$ 15.877, sendo o preço estruturado em dólar da seguinte forma:

- (i) US\$ 1.787 pagos em 2023;
- (ii) US\$ 690 divididos em 9 parcelas mensais a serem pagas em 2024;
- (iii) Earn-out no valor de US\$ 107 a ser liquidado no primeiro semestre de 2024, conforme metas estabelecidas no contrato firmado entre as partes; e
- (iv) Contraprestação contingente no valor de US\$ 474 por possíveis futuras inconsistências, retida por um período de três anos, sendo paga na proporção de 1/3 avos anualmente durante este período.

Além disso, a Companhia recebeu duas opções de Compra relacionadas às ações remanescentes do capital social da adquirida, que poderão ser exercidas pela Companhia ao longo de cinco anos a partir da data de fechamento da transação, podendo ser prorrogadas por mais cinco anos. As opções não geram uma obrigação presente da Companhia adquirir as ações remanescentes e não há certeza sobre o momento em que as opções serão exercidas, diante disto, não foi atribuído valor as opções de compra recebidas.

A tabela a seguir apresenta os ativos identificáveis líquidos adquiridos e os passivos assumidos para combinação de negócios em 2023, apurados em bases provisórias:

	Allume Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	7.146
Contas a receber de clientes	12.424
Estoques	34.354
Tributos a recuperar	2.670
Imobilizado	994
Outros ativos	1.147
ATIVO	58.735
Fornecedores	15.516
Empréstimos e financiamentos	29.167
Impostos correntes e diferidos	3.123
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	511
Outros passivos	1.619
PASSIVO	49.936
Ativos e passivos líquidos	8.799
Participação dos não controladores, baseado na participação	(3.960)
Contraprestação transferida	15.877
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	11.038

Considerando a data de transação em 6 de outubro de 2023, estes efeitos são preliminares, uma vez que na data da divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o processo de revisão para emissão do laudo para alocação do preço de compra está em andamento e dentro do período de mensuração, conforme previsto pelo pronunciamento técnico CPC 15/IFRS 3.

11.2.2 Aquisição realizada em 2022 – Renovigi Energia Solar Ltda.

Em 29 de abril de 2022, a Companhia concluiu o processo de aquisição de 100% do capital social da Renovigi. O custo de aquisição correspondeu ao valor de R\$254.607, o qual seria liquidado da seguinte forma: R\$83.584 pagos no ato da aquisição; R\$2.127 pagos adicionalmente à parcela a vista em dezembro de 2022; R\$125.721 a prazo, com 7 meses de carência da data de aquisição, com pagamentos a serem realizados até abril de 2024, corrigidos pela variação do CDI durante o período; e, por fim, R\$43.175 retidos pela Companhia a título de indenização por possíveis inconsistências em um período de cinco anos. No entanto, a quitação destes valores ocorreu de forma antecipada conforme termo aditivo descrito na nota explicativa nº 19.

A subsidiária Renovigi iniciou suas atividades em 14 de setembro de 2012 e atua na fabricação, comercialização e instalação de geradores fotovoltaicos, com atuação nacional. Em 17 de janeiro de 2023, a Renovigi deliberou pela transformação do tipo societário de sociedade por ações para limitada, com isso, a razão social foi alterada de Renovigi Energia Solar S.A para Renovigi Energia Solar Ltda. A investida está localizada em Santa Catarina (Chapecó) e possui filiais em Louveira (SP) e Itajaí (SC).

Os trabalhos de avaliação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos foram concluídos, sendo que as alocações corresponderam a R\$146.166 de mais valias, R\$179.770 de ágio, (R\$49.696) de tributos diferidos sobre a mais valias e um saldo patrimonial negativo de (R\$21.633), conforme segue:

Aquisição Renovigi – Saldos em 30 de abril de 2022					
Investida	Saldo contábil inicial 30/04/2022	Ajustes 30/04/2022 (i)	Saldo contábil final 30/04/2022	Mais valia (ii)	Valor adquirido
Caixa e equivalentes	23.646	-	23.646	-	23.646
Títulos e valores mobiliários	1.277	-	1.277	-	1.277
Contas a receber (a)	40.287	(27.286)	13.001	-	13.001
Estoques (a) e (b)	171.147	(32.595)	138.552	-	138.552
Tributos a recuperar	56.373	(1.651)	54.722	-	54.722
Carteira de clientes	-	-	-	80.522	80.522
Marcas	19	-	19	41.817	41.836
Cláusula de não competição	-	-	-	27.890	27.890
Direito de uso	14.469	1.878	16.347	-	16.347
Tributos diferidos (c)	2.327	45.257	47.584	-	47.584
Investimentos	2.377	-	2.377	-	2.377
Imobilizado	2.670	-	2.670	-	2.670
Outros ativos	34.736	(18.305)	16.431	-	16.431
Total do ativo	349.328	(32.702)	316.626	150.229	466.855
Empréstimos e financiamentos	(179.379)	(1.050)	(180.429)	-	(180.429)
Fornecedores	(57.760)	1.218	(56.542)	-	(56.542)
Provisões e litígios	(85)	-	(85)	(4.063)	(4.148)
Arrendamento mercantil	(15.599)	(2.523)	(18.122)	-	(18.122)
Provisões para garantia (b)	(15.368)	(38.063)	(53.431)	-	(53.431)
Tributos diferidos	-	-	-	(49.696)	(49.696)
Outros Passivos	(31.636)	1.986	(29.650)	-	(29.650)
Total do passivo	(299.827)	(38.432)	(338.259)	(53.759)	(392.018)
Patrimônio líquido - passivo a descoberto	(49.501)	71.134	21.633	(96.470)	(74.837)
Total do passivo e patrimônio líquido	(349.328)	32.702	(316.626)	(150.229)	(466.855)
Reconciliação da contraprestação					
Patrimônio líquido/passivo a descoberto					(21.633)
Ágio na aquisição					179.770
Tributos diferidos					(49.696)
Mais valias					146.166
Contraprestação					254.607

(i) Após a aquisição da Renovigi, a Companhia realizou ajustes relacionados à adequação de políticas contábeis, sendo que as principais alterações estão relacionadas a:

- a) *Cut-off* das vendas e ajuste a valor presente, com efeito no valor líquido de (R\$26.887) em contas a receber e R\$18.559 em estoques. Adicionalmente, foram realizados outros ajustes que impactaram as rubricas “Contas a receber” e “Estoques” nos valores de (R\$399) e (R\$21.071), respectivamente;

- b) Foram detectados estoques obsoletos e avariados em inversores e micro-inversores. A Companhia fez uma inspeção e avaliação técnica detalhada e concluiu que se trata de estoques que não poderão ser comercializados. O ajuste estimado e contabilizado no balanço de abertura da empresa adquirida é de (R\$79.814), sendo que destes, (R\$30.083) foram provisionados como obsolescência de estoques e (R\$38.063) como provisão para garantia de produtos vendidos e para impostos não recuperáveis;
 - c) Contabilização dos impostos diferidos sobre os ajustes e impactos do recálculo dos impostos diferidos na aquisição.
- (ii) A Companhia contratou uma consultoria especializada para realizar a avaliação e alocação do preço de aquisição, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, correlacionado a norma internacional de contabilidade IFRS 3 – Business combination, com o objetivo de emissão de Laudo do PPA (Purchase Price Allocation). Para avaliação do negócio, o método utilizado foi o fluxo de caixa descontado, baseado na rentabilidade futura da adquirida. Para mensuração dos ativos intangíveis identificáveis, foram utilizados os seguintes métodos:
- a) Carteira com clientes: Multi-Period Excess Earnings Method – MPEEM;
 - b) Cláusula de não competição: *Differential Income With and Without Method – WWM*;
 - c) Marca: *Relief From Royalty Method – RRM*.

O detalhamento das movimentações desses ativos está sendo demonstrado na nota explicativa nº 13 – Intangível.

12. Imobilizado

	Consolidado								
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instrumentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outros	Projetos em andamento	Total
Taxa média anual de depreciação		2%	10%	10% a 20%	10%	20% a 33%	10% a 33%		
Movimentação do custo									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	74.911	104.813	42.696	124.644	12.431	29.089	46.772	57.763	493.119
Adições	13.552	-	4.471	9.530	2.708	6.415	10.700	112.201	159.577
Imobilizado proveniente de combinação de negócios	-	-	148	531	383	862	746	-	2.670
Transferências	446	53	12.170	7.435	1.245	3.504	4.051	(28.904)	-
Baixas	-	(1)	(39)	(1.924)	(1.233)	(1.154)	(2.997)	(2.830)	(10.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	88.909	104.865	59.446	140.216	15.534	38.716	59.272	138.230	645.188
Adições	-	5	3.666	6.575	1.906	5.984	19.472	135.574	173.182
Imobilizado proveniente de combinação de negócios	-	-	-	497	706	869	72	-	2.144
Transferências	-	92.817	7.269	33.941	2.528	6.059	7.173	(145.483)	4.304
Baixas	-	(8.570)	(2.330)	(4.999)	(311)	(1.800)	(3.979)	(911)	(22.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	88.909	189.117	68.051	176.230	20.363	49.828	82.010	127.410	801.918
Movimentação da depreciação									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(17.014)	(12.444)	(54.404)	(5.231)	(12.432)	(20.528)	-	(122.053)
Depreciação	-	(2.061)	(3.499)	(11.568)	(1.191)	(5.540)	(10.416)	-	(34.275)
Transferências	-	-	-	(4)	-	-	4	-	-
Baixas	-	-	26	726	58	788	2.144	-	3.742
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(19.075)	(15.917)	(65.250)	(6.364)	(17.184)	(28.796)	-	(152.586)
Depreciação	-	(2.555)	(4.526)	(14.344)	(1.702)	(7.848)	(13.188)	-	(44.163)
Imobilizado proveniente de combinação de negócios	-	-	-	(9)	(506)	(628)	(7)	-	(1.150)
Transferências	-	(153)	(14)	624	(271)	(1.090)	(3.400)	-	(4.304)
Baixas	-	-	712	1.085	186	1.415	2.222	-	5.620
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(21.783)	(19.745)	(77.894)	(8.657)	(25.335)	(43.169)	-	(196.583)
Saldo líquido de depreciação									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	74.911	87.799	30.252	70.240	7.200	16.657	26.244	57.763	371.066
Saldos em 31 de dezembro de 2022	88.909	85.790	43.529	74.966	9.170	21.532	30.476	138.230	492.602
Saldos em 31 de dezembro de 2023	88.909	167.334	48.306	98.336	11.706	24.493	38.841	127.410	605.335

	Controladora							Total	
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instrumentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outros		
Taxa média anual de depreciação		2%	10%	10% a 20%	10%	20% a 33%	10% a 33%		
Movimentação do custo									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.380	97.692	42.351	114.678	10.758	26.057	37.994	54.989	454.899
Adições	13.552	-	2.723	8.560	1.522	3.069	9.927	111.065	150.418
Transferências	446	53	11.925	7.129	1.245	3.504	4.051	(28.353)	-
Baixas	-	-	(29)	(1.645)	(55)	(1.094)	(1.380)	(2.502)	(6.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	84.378	97.745	56.970	128.722	13.470	31.536	50.592	135.199	598.612
Adições	-	5	3.024	4.931	1.737	2.906	19.103	133.258	164.964
Transferências	-	92.664	7.241	34.625	2.265	4.909	3.780	(145.484)	-
Baixas	-	(8.571)	(282)	(4.905)	(157)	(1.527)	(2.704)	(912)	(19.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	84.378	181.843	66.953	163.373	17.315	37.824	70.771	122.061	744.518
Movimentação da depreciação									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(16.672)	(12.331)	(51.086)	(4.882)	(11.610)	(17.970)	-	(114.551)
Depreciação	-	(1.804)	(3.413)	(10.567)	(1.018)	(4.305)	(7.687)	-	(28.794)
Transferências	-	-	-	(4)	-	-	4	-	-
Baixas	-	-	26	725	50	784	843	-	2.428
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(18.476)	(15.718)	(60.932)	(5.850)	(15.131)	(24.810)	-	(140.917)
Depreciação	-	(2.298)	(4.054)	(13.223)	(1.418)	(5.791)	(11.269)	-	(38.053)
Transferências	-	-	8	-	(8)	-	-	-	-
Baixas	-	-	278	1.071	116	1.110	1.408	-	3.983
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(20.774)	(19.486)	(73.084)	(7.160)	(19.812)	(34.671)	-	(174.987)
Saldo líquido de depreciação									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.380	81.020	30.020	63.592	5.876	14.447	20.024	54.989	340.348
Saldos em 31 de dezembro de 2022	84.378	79.269	41.252	67.790	7.620	16.405	25.782	135.199	457.695
Saldos em 31 de dezembro de 2023	84.378	161.069	47.467	90.289	10.155	18.012	36.100	122.061	569.531

Em relação à capitalização de juros, atribuída ao custo de empréstimos decorrente da aquisição, construção ou produção de ativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram capitalizados juros no montante de R\$1.337 (R\$725 em 31 de dezembro de 2022). Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos e pagamentos de tributos (nota explicativa nº 15).

As obras em andamento referem-se a melhorias nas áreas industriais e de tecnologia da informação da Companhia. A Administração efetuou análise de recuperabilidade dos seus ativos imobilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e não identificou a existência de indicativos em relação à necessidade de constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos.

13. Intangível

	Consolidado						Total
	Ágios	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Projetos em andamento	Relacionament o com clientes	Softwares	
Taxa média anual de amortização		20%	7% á 12%		7%	20%	
Movimentação do custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.864	205	26.107	22.754	19.285	58.095	215.310
Adições	-	-	1	40.107	-	4.702	44.810
Intangível proveniente de combinação de negócios	-	-	19	-	-	131	150
Aquisição de controlada	179.770	27.890	41.817	-	80.522	-	329.999
Baixas	-	-	-	(4.526)	-	(170)	(4.696)
Transferências	-	-	-	(2.019)	-	2.019	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	268.634	28.095	67.944	56.316	99.807	64.777	585.573
Adições	-	-	-	27.897	-	14.846	42.743
Intangível proveniente de combinação de negócios	-	-	-	-	-	667	667
Aquisição de controlada (nota explicativa nº 11)	11.038	-	-	-	-	-	11.038
Variação cambial	489	-	-	-	-	-	489
Baixas	-	-	(4)	(1.974)	-	(770)	(2.748)
Transferências	-	-	-	(26.130)	-	26.130	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	280.161	28.095	67.940	56.109	99.807	105.650	637.762
Movimentação da amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(18)	-	-	(7.773)	(34.607)	(42.398)
Amortização no exercício	-	(3.726)	(1.991)	-	(14.941)	(7.605)	(28.263)
Baixas	-	-	-	-	-	39	39
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(3.744)	(1.991)	-	(22.714)	(42.173)	(70.622)
Amortização no exercício	-	(5.585)	(2.987)	-	(6.093)	(12.548)	(27.213)
Amortização proveniente de combinação de negócios	-	-	-	-	-	(386)	(386)
Baixas	-	-	-	-	-	15	15
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(9.329)	(4.978)	-	(28.807)	(55.092)	(98.206)
Saldo líquido de amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.864	187	26.107	22.754	11.512	23.488	172.912
Saldos em 31 de dezembro de 2022	268.634	24.351	65.953	56.316	77.093	22.604	514.951
Saldos em 31 de dezembro de 2023	280.161	18.766	62.962	56.109	71.000	50.558	539.556

	Controladora			
	Ágios	Projetos em andamento	Softwares	Total
Taxa média anual de amortização			20%	
Movimentação do custo				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.366	22.754	47.367	103.487
Adições	-	39.222	4.303	43.525
Baixas	-	(4.526)	(39)	(4.565)
Transferências	-	(2.019)	2.019	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.366	55.431	53.650	142.447
Adições	-	26.408	14.404	40.812
Baixas	-	(1.183)	(770)	(1.953)
Transferências	-	(26.130)	26.130	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.366	54.526	93.414	181.306
Movimentação da amortização				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	(31.174)	(31.174)
Amortização no exercício	-	-	(5.566)	(5.566)
Baixas	-	-	38	38
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	(36.702)	(36.702)
Amortização no exercício	-	-	(10.346)	(10.346)
Baixas	-	-	15	15
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	(47.033)	(47.033)
Saldo líquido de amortização				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.366	22.754	16.193	72.313
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.366	55.431	16.948	105.745
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.366	54.526	46.381	134.273

Ativos com vida útil definida

Avaliamos anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas, testes detalhados de recuperabilidade (impairment) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços, as análises conduzidas pela Administração não revelaram indicadores ou fatores que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida da Companhia são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (impairment) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados. Os ágios mantidos pela Companhia estão abaixo resumidos:

Negócio adquirido	Tipo de aquisição	Segmento	31/12/2023	31/12/2022
Maxcom do Brasil Ltda.	Incorporada	Segurança	1.348	1.348
Engesul Produtos Eletrônicos	Incorporada	Segurança	11.610	11.610
Automatiza Ind. Com. de Equip. Eletrônico Ltda.	Incorporada	Segurança	20.408	20.408
Seventh Ltda. e Prediotech (Incorporada por Seventh)	Controlada	Segurança	22.986	22.986
Décio Indústria Metalúrgica Ltda.	Controlada	Comunicação	1.788	1.788
Khomp Indústria e Comércio Ltda.	Controlada	Comunicação	30.724	30.724
Renovigi Energia Solar Ltda.	Controlada	Energia	179.770	179.770
Allume Holding S.A.S	Controlada	Segurança	11.527	-
			280.161	268.634

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos, devendo o ágio ser alocado as UGCs, ou grupos de UGCs, para os quais se tenha a expectativa de que sejam gerados benefícios econômicos advindos de sinergias da combinação de negócios. Com base no exposto e na avaliação da Companhia, os segmentos operacionais representam o menor grupo identificável ao qual o ágio deve ser alocado.

Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das UGCs aos quais os ágios estão alocados. Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada UGC. Para os próximos quatro anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração e a perpetuidade foi elaborada utilizando uma taxa de crescimento de 3,50% (3,30% em 2022).

As projeções são descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"). A taxa de desconto depois dos impostos aplicada nas projeções de fluxo de caixa é de 12,08% a.a. em 2023 (12,50% a.a. a 15,00% a.a. para 2022).

Adicionalmente à análise de recuperação mencionada acima, a Companhia elaborou uma análise de sensibilidade considerando as variações no lucro antes dos impostos e resultado financeiro e na taxa de desconto nominal em 1 ponto percentual, que não resultaram na necessidade de constituição de provisão para perda nos valores recuperáveis.

Gastos com pesquisa

Os custos de pesquisa e desenvolvimento incorridos pela Companhia são direcionados a diversos produtos eletrônicos. Os custos de pesquisa e desenvolvimento que não são elegíveis para capitalização, no valor de R\$142.527 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$125.694 em 31 de dezembro 2022) foram reconhecidos como despesa do exercício no grupo de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

14. Fornecedores

As aquisições de insumos para produção da Companhia são feitas em maior número por meio de importação de fornecedores internacionais, representando cerca de 87% do saldo em aberto na data de 31 de dezembro de 2023.

a) Composição de fornecedores

No quadro a seguir é apresentada a abertura dos saldos a pagar a fornecedores:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores				
Mercado interno	109.330	77.266	114.742	64.237
Mercado externo	602.329	643.724	570.122	603.856
	711.659	720.990	684.864	668.093
Ajuste a valor presente – AVP (i)	(13.598)	(10.756)	(13.555)	(9.993)
	698.061	710.234	671.309	658.100
Circulante	698.061	710.204	671.309	658.070
Não circulante	-	30	-	30

- (i) O ajuste a valor presente é realizado com base na taxa média praticada por instituições financeiras que oferecem serviços de forfait para os fornecedores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de desconto utilizada é de 6,90% a.a. (4,89% a.a. em 31 de dezembro de 2022) para fornecedores do mercado externo e 12,22% a.a. (13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022) para fornecedores do mercado interno.

b) Fornecedores risco sacado

A Companhia mantém acordos de convênios firmados (“risco sacado” ou “forfaiting”) com determinadas instituições financeiras que permitem o financiamento da sua cadeia de suprimentos. Pelos termos estabelecidos com as instituições, seus fornecedores podem optar por receber o pagamento de suas faturas de forma antecipada através do agente financeiro. Nos termos do acordo, a instituição financeira concorda em pagar os valores devidos ao fornecedor participante antecipadamente e recebe a liquidação da duplicata por parte da Companhia em uma data posterior. O principal objetivo desse programa é o de facilitar o processamento de pagamentos e permitir que os fornecedores dispostos antecipem seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco antes da data de vencimento. Os convênios possuem limites e prazos próprios como condições.

Durante a execução dessa operação, não há qualquer alteração nas condições originalmente acertadas entre a Companhia e seus fornecedores (prazo ou valor dos saldos a pagar) que optaram pela antecipação dos títulos junto às instituições bancárias. Além disso, não há incidência de juros adicionais para a Companhia sobre os valores devidos aos fornecedores ou quaisquer *covenants* sobre a operação. Desta forma, na avaliação da Administração da Companhia, os acordos não estendem significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não antecipam seus títulos.

A seguir é apresentada a composição dos saldos de fornecedores risco sacado a pagar:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores risco sacado				
Mercado interno	5.726	23.067	5.726	23.067
Mercado externo	176.394	273.364	176.379	273.364
	182.120	296.431	182.105	296.431
Ajuste a valor presente – AVP (i)	(3.057)	(3.912)	(3.042)	(3.912)
	179.063	292.519	179.063	292.519

- (i) O ajuste a valor presente é realizado com base na taxa média praticada por instituições financeiras que oferecem serviços de forfait para os fornecedores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de desconto utilizada é de 6,90% a.a. (4,89% a.a. em 31 de dezembro de 2022) para fornecedores do mercado externo e 12,22% a.a. (13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022) para fornecedores do mercado interno.

A Companhia não modificou os passivos aos quais o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal nem o passivo original foi substancialmente modificado no momento em que o fornecedor entrar no acordo. Os montantes antecipados por parte dos fornecedores continuam sendo registrados pela Companhia sob a rubrica “Fornecedores”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar.

Os pagamentos efetuados ao banco quando do vencimento original dos títulos são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece sendo pagamentos por compra de insumo.

c) Fornecedores partes relacionadas

Para compor o saldo consolidado foram excluídos os valores referentes as transações *intercompany*. Os saldos com partes relacionadas e com terceiros estão abaixo demonstrados:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas				
Fornecedores nacionais	-	-	13.226	2.543
Fornecedores estrangeiros	225.275	349.851	225.546	350.524
Total de fornecedores partes relacionadas (nota 32)	225.275	349.851	238.772	353.067
Não relacionados	668.504	667.570	628.197	611.457
Total de fornecedores	893.779	1.017.421	866.969	964.524

15. Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 25.

Financiamentos / Credores	Indexador	Juros	Venc.	Consolidado		Controladora	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional							
BNDES	TLP/TR/TS/TJPL/Taxa fixa	1,1% a 2,7% a.a	dez/31	225.965	212.345	225.965	212.345
FINEP	TR/Taxa fixa	3% a.a	jun/29	146.989	194.550	146.989	194.550
Debêntures	CDI/Taxa fixa	1,5% a.a.	out/29	509.763	510.238	509.762	510.238
Capital de Giro	CDI/Taxa fixa	1,28% a 4,91% a.a.	jun/25	5.744	34.387	-	-
Leasing	Taxa fixa	3,18% a 3,48% a.a	abr/23	-	19	-	-
Em moeda estrangeira							
Capital de Giro	IBR/CDI/Taxa fixa	2,97% a 5,28% a.a	ago/26	25.554	55.175	-	8.688
FINIMP	Taxa fixa	5,76% a.a.	mar/23	-	50.875	-	-
Forfait	Taxa fixa	2,89% a 3,95% a.a	dez/23	-	7.626	-	-
				914.015	1.065.215	882.716	925.821
Circulante				120.483	235.540	95.581	99.954
Não Circulante				793.532	829.675	787.135	825.867

Garantias

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidos os seguintes ativos e instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 (consolidado):

Imobilizado	80.128
Carta fiança	163.753
Aplicações financeiras	1.371
	245.252

O custo total de contratação das cartas fiança vigentes em 31 de dezembro de 2023 foi de 0,50% a.a. (0,55% a.a. em 31 de dezembro de 2022), sendo registrado em "Outros créditos" e apropriados ao resultado pela competência de acordo com sua vigência como "Despesas financeiras". A Companhia reconheceu no exercício o total de R\$1.404 (R\$1.504 em 31 de dezembro de 2022) referente à despesa financeira para contratação dessa modalidade de garantia.

A movimentação dos financiamentos e empréstimos é assim demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.065.215	443.694	925.821	442.098
Saldo proveniente da aquisição de controlada	29.167	179.323	-	-
Captações	29.350	743.515	27.000	602.600
Juros e variação cambial	99.745	49.227	95.847	34.986
Amortização do principal	(219.398)	(314.860)	(79.984)	(127.809)
Pagamento de juros	(90.438)	(33.123)	(86.342)	(23.494)
(-) Despesas com debêntures	374	(2.561)	374	(2.560)
Saldo final	914.015	1.065.215	882.716	925.821

Os termos e condições dos empréstimos em aberto estão apresentados a seguir:

1. BNDES - Programa de Sustentação de Investimento

São recursos disponibilizados pelo BNDES direcionados para investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos. Após a comprovação da aplicação de recursos em investimentos, o BNDES concede à Companhia empréstimo equivalente a até 80% dos recursos investidos. Os pagamentos são mensais e, durante o período de carência, a liquidação dos juros ocorre trimestralmente. O pagamento do principal ocorre conforme detalhado abaixo:

PSI – Inovação 2021: O principal da dívida será pago em 96 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de janeiro de 2024, e a última em 15 de dezembro de 2031.

PSI - Inovação 2018: O principal da dívida será pago em 87 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de abril de 2020, e a última em 15 de agosto de 2027.

2. Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

A linha de Financiamento Reembolsável tem por definição o apoio aos Planos de Investimentos Estratégicos em Inovação das empresas brasileiras disponibilizado pela FINEP. O objetivo do financiamento é custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do projeto “Programa Intelbras de comunicação unificada e atualização tecnológica para internacionalização da empresa”. O contrato possui carência de 36 meses. O principal da dívida está sendo pago em 85 prestações mensais e sucessivas, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em 15 de junho de 2022, e o último vencimento ocorrerá em 15 de junho de 2029.

c) Debêntures

No dia 21 de outubro de 2022 (Data de Emissão), com a liquidação realizada em 27 de outubro de 2022, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (regida atualmente pela Resolução da CVM nº 160, de 14 de julho de 2022), conforme alterada e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição para captação de R\$ 500 milhões.

Foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais) cada na data de emissão. Os recursos serão destinados da seguinte forma: (a) 50% (cinquenta por cento) ao reembolso de despesas incorridas, no âmbito do "Plano de Investimentos no Período de 2020 a 2022" da Companhia e relacionadas a itens financiados para expansão da capacidade produtiva, melhorias organizacionais e aquisição de materiais; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao reforço de caixa.

As debêntures possuem prazo de pagamento de 7 anos contados da Data de Emissão vencendo-se, portanto, em 21 de outubro de 2029 (Data de Vencimento). O primeiro pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário será realizado em 21 de abril de 2025, sendo, posteriormente, realizadas amortizações semestrais até a Data de Vencimento. Os juros remuneratórios das Debêntures são de 100% da CDI + 1,5% a.a., pagos sempre no dia 21 dos meses de abril e outubro de cada ano, iniciando os pagamentos em 21 de abril de 2023 até último pagamento na Data de Vencimento.

Os custos de transação relacionadas a emissão totalizaram R\$2.653 mil e serão apropriados no decorrer da vigência das debêntures.

d) Capital de giro

A Companhia liquidou em 24 de março de 2023 o empréstimo junto ao Citibank no valor de USD20.000 mil, tomados no primeiro trimestre de 2020 sendo pagos em 11 parcelas trimestrais de igual valor vencendo-se a primeira em 24 de setembro de 2020.

A controlada Renovigi possui empréstimos para capital de giro no montante de R\$6.441 com aplicações financeiras dadas em garantia, cujo valor totaliza R\$1.371 em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.096 em 31 de dezembro de 2022). A Renovigi liquidou em 05 de setembro de 2023 o empréstimo junto ao Santander no valor de R\$40.000 mil, tomados no terceiro trimestre de 2022 e sendo pago em uma parcela única.

Em 31 de dezembro de 2023, a adquirida Allume possui empréstimos para capital de giro no montante de R\$24.858 e sem aplicações financeiras dadas em garantia.

e) Covenants

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas de compromisso relacionadas a indicadores de endividamento/ativo (<75%) e dívida líquida/EBITDA ($\leq 2,5$) ("covenants").

As Debêntures emitidas em 21 de outubro de 2022, com a liquidação realizada em 27 de outubro de 2022, requerem manutenção de índices financeiros "covenants", apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia, conforme quocientes das divisões detalhadas a seguir:

(a) razão entre a Dívida Líquida / EBITDA da Companhia deverá ser igual ou inferior a 2,50x; e

(b) razão entre a Dívida Líquida / Ativo Total da Companhia deverá ser igual ou inferior a 0,17x.

Em relação aos contratos de empréstimos e financiamentos da controlada Renovigi Energia Solar Ltda., além das hipóteses de descumprimento do contrato, existem as seguintes cláusulas de liquidação antecipada relacionadas à: Alteração do controle acionário, reorganização societária e do domicílio bancário. Se o controle acionário, direto ou indireto, do cliente ou de seu garantidor for alterado ou transferido, bem como se o cliente ou seu garantidor sofrer incorporação, fusão ou cisão. Essa cláusula foi revisada junto às instituições financeiras e consideram efeitos apenas após a aquisição da controlada pela Companhia. Os contratos ainda incluem outras cláusulas de liquidação antecipada, as quais são usuais para esse tipo de transação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas cumpriram integralmente todas as cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

O cronograma de desembolso do principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, está programado da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	58.882	-	64.074
2025	165.345	164.956	159.770	155.955
2026	160.592	155.955	159.770	155.955
2027	154.413	150.613	154.413	150.613
2028	143.700	139.929	143.700	139.929
2029 a 2031	169.482	159.340	169.482	159.341
	793.532	829.675	787.135	825.867

16. Salários, encargos e participações a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários	15.444	13.807	13.666	12.382
Encargos	13.813	12.863	12.055	11.024
Provisões férias e encargos sobre provisão	46.916	44.013	40.989	37.938
Participação nos resultados	35.772	47.005	34.510	45.819
Outros	503	807	365	681
	112.448	118.495	101.585	107.844

17. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões tributárias, cíveis e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio. Com base na opinião de seus advogados, a Administração da Companhia mantém o registro da provisão para cobrir eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nessas ações (avaliadas com risco de perda provável). Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a esses processos.

a. Composição da provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	4.460	4.111	3.860	4.014
Cíveis	5.436	5.012	1.116	908
Tributárias	11.665	11.462	11.206	11.029
	21.561	20.585	16.182	15.951
Circulante	1.329	950	1.071	908
Não circulante	20.232	19.635	15.111	15.043

Movimentação da provisão

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo ao início do exercício	20.585	16.659	15.951	15.884
Saldo proveniente de aquisição de controlada	-	4.148	-	-
Complemento de provisão	4.374	4.495	3.476	4.348
Reversão/baixas de provisão	(3.398)	(4.717)	(3.245)	(4.281)
Saldo ao final do exercício	21.561	20.585	16.182	15.951

Trabalhistas

Relativas a processos movidos por ex-funcionários da Companhia e de empresas prestadoras de serviços. A principal discussão está relacionada a reconhecimento de vínculo, o pagamento de férias, DSR sobre comissões e diferenças salariais.

Cíveis

Relativas a processos de discussões gerais de cobrança, indenizações e execução, bem como, processos judiciais discutindo questões de natureza comercial relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos fornecidos pela Companhia. Nenhuma causa cível foi considerada individualmente relevante.

Tributárias

As principais discussões tributárias estão relacionadas aos processos de Classificação Fiscal de Mercadorias (NCM) de partes e peças importadas para industrialização, conforme processo produtivo definido. O entendimento do Fisco federal para este tópico é para o enquadramento como produto acabado. O processo está aguardando julgamento do recurso voluntário pelo CARF.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

As causas com probabilidade de perda possível estão distribuídas nas áreas trabalhistas, cível e tributária, sendo os principais temas de natureza tributária, conforme seguem:

- Auto de infração questionando a classificação fiscal da importação de displays de LCD;
- Auto de infração questionando a tributação do PIS e COFINS sobre crédito presumido de ICMS;
- Auto de infração exigindo o estorno de créditos de IPI na venda de produtos importados para a Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental.

O principal tema de natureza cível está relacionado à:

- Discussão judicial envolvendo prestação de serviços e fornecimento de materiais.

Não há processos individualmente relevantes de natureza trabalhista.

Seguem valores envolvidos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	9.097	5.548	8.916	5.413
Cíveis	14.451	8.286	11.239	6.232
Tributárias	52.704	45.040	51.993	44.617
	76.252	58.874	72.148	56.262

b. Composição de ativos reconhecidos:

A Companhia possui os seguintes ativos classificados com probabilidades de ganho praticamente certas pelos assessores jurídicos por conta do trânsito em julgado contabilizados na rubrica de “Outros créditos”.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	122	42	104	26
Tributárias	4.126	3.140	4.126	3.140
	4.248	3.182	4.230	3.166
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	4.428	3.182	4.230	3.166

Cíveis

Relativas a processos de cobrança, indenizações e execução com decisões favoráveis à Companhia ou acordos.

Tributárias

As principais ações tributárias estão relacionadas ao ressarcimento de custas, sucumbência da parte adversa e reconhecimento de direitos referente ao recolhimento/ressarcimento de tributos.

Ativos contingentes

Os valores dos ativos contingentes considerados como ganhos possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia não foram contabilizados pela Companhia e totalizam o montante consolidado de R\$124.631 em 31 de dezembro de 2023 (R\$100.046 em 31 de dezembro de 2022). Estão distribuídos nas áreas trabalhistas, cível e tributária. Sendo os principais temas:

- Mandado de segurança impetrado com objetivo de garantir o direito da Companhia à limitação de 20 salários-mínimos da base de cálculo das contribuições a terceiros (Sistema "s");
- Mandado de segurança impetrado com o objetivo de garantir a não incidência normativa da TJLP-1999 para apuração dos JCP, uma vez que a incidência constitui afronta aos princípios da inconstitucionalidade e ilegalidade, bem como violação aos princípios da capacidade contributiva e não-confisco. Em recente decisão judicial, foi proferida sentença que julgou procedente os pedidos, declarando o direito de a parte autora efetuar o cálculo dos juros sobre o capital próprio, em relação aos exercícios financeiros de 2021 em diante, com base na TLP (Taxa de Longo Prazo);
- A Companhia discute judicialmente a cobrança de valores referentes a relação de distribuidor, em decorrência do fornecimento de produtos da marca Intelbras. No processo foi reconhecido, em reconvenção, o direito da Intelbras de ter satisfeito o débito objeto do contrato de confissão de dívida firmado com as partes;
- Mandado de segurança impetrado com o objetivo de garantir o direito da Companhia excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS considerando a repercussão econômica da metodologia de cálculo "por dentro".
- Cumprimento de sentença em ação de cobrança que condenou distribuidor a pagar valores de notas fiscais em aberto.

Seguem valores envolvidos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	-	75	-	75
Cíveis	24.790	21.463	23.337	16.684
Tributárias	99.841	78.508	93.093	76.635
	124.631	100.046	116.430	93.394

c. Composição dos depósitos judiciais:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	3.572	2.704	3.364	2.572
Fiscal	2.182	2.056	2.182	2.056
	5.754	4.760	5.546	4.628

18. Provisão de Garantias

A Companhia oferece garantias para seus produtos por defeitos de fabricação, sendo assegurado o reparo via rede autoriza, troca expressa ou conserto dos produtos. Com intuito de realizar a cobertura destes gastos, a Companhia reconhece uma provisão quando os produtos são vendidos, baseando-se em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidas despesas relacionadas a provisão de garantias, líquidas entre adições e reversões, que resultaram no montante de reversões de R\$12.052 (adições de R\$1.276 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado, e reversões de R\$1.087 (adições de R\$3.135 em 31 de dezembro 2022) na controladora.

Após a aquisição da Renovigi em 2022, foram identificadas falhas técnicas em um modelo de micro inversores comercializado pela adquirida, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.2.2. Diante disto, a Companhia reconheceu, ainda no balanço inicial de aquisição da Renovigi, provisões de garantia adicionais referentes aos produtos que estão em campo, e para os quais é provável que ocorra a substituição, no valor de R\$38.063, totalizando o saldo contábil incorporado na data de aquisição de R\$53.431.

19. Obrigações por aquisição de empresa

A Companhia possui passivos referentes à aquisição de participação societária em empresas controladas. As obrigações estão segregadas entre “Contas a pagar por aquisição de empresas” (custo amortizado), no valor de R\$18.966 atualizados mensalmente pela variação do CDI e a “Obrigação por compra de quotas” (valor justo por meio do resultado), no valor de R\$15.577 atualizada pela projeção de atendimento de meta de crescimento do valor nominal do Ebitda das empresas adquiridas (Khomp). Os saldos, bem como a movimentação estão apresentados abaixo:

	Décio Metalúrgica Ltda.	Seventh Ltda.	Khomp Indústria e Com. Ltda.	Renovigi Energia Solar Ltda.	Allume S.A.S.	Total
Saldo Inicial	700	2.721	24.319	176.058	-	203.798
Juros	-	254	1.128	12.995	-	14.377
Atualização valor justo de opções de compra	-	-	(99)	-	-	(99)
Novos contratos	-	-	-	-	15.877	15.877
Variação cambial	-	-	-	-	(1.187)	(1.187)
Pagamentos juros	-	-	-	(9.821)	-	(9.821)
Pagamento principal	(700)	(1.440)	-	(113.198)	(9.131)	(124.469)
Baixa passivo financeiro (i)	-	-	-	(63.933)	-	(63.933)
Saldo Final	-	1.535	25.348	2.101	5.559	34.543
Circulante	-	1.535	-	2.101	4.070	7.706
Não Circulante	-	-	25.348	-	1.489	26.837

- (i) No dia 21 de novembro de 2023, a Companhia firmou um Termo de Transação e Outras Avenças com os antigos acionistas da controlada Renovigi. Nos termos firmados entre as partes foi estabelecido que seriam compensados os valores pendentes a pagar pela aquisição com os valores de todas as contingências passíveis de perdas presentes e futuras, como reclamações judiciais e produtos defeituosos, na Controlada. A receita de R\$63.933 decorrente da baixa deste passivo financeiro foi registrada na rubrica de “Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas” no resultado da Companhia.

20. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos de clientes	68.027	81.539	54.481	48.260
Receita antecipada	20.342	8.946	15.670	91
Acordos comerciais	10.008	3.015	10.008	3.015
Plano ILP (nota explicativa nº 32)	3.877	2.400	3.877	2.400
Demais contas a pagar	50.309	50.442	48.441	42.719
	152.563	146.342	132.477	96.485
Circulante	136.327	137.695	116.241	87.838
Não Circulante	16.236	8.647	16.236	8.647

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$1.700.000 (R\$1.074.500 em 31 de dezembro de 2022), representado por 327.611.110 ações ordinárias.

No dia 18 de abril de 2023, a Administração da Companhia, via Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), deliberou pelo aumento do capital social no montante de R\$625.500, utilizando os saldos das reservas de lucros, sendo segregado da seguinte forma: (i) R\$281.307 de recursos da reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$344.193 da reserva de investimentos.

b. Gastos com emissão de ações

Os gastos com emissão de ações referem-se a custos de transação tais como: gastos com elaboração de prospecto e relatórios; remuneração de serviços profissionais de terceiros; gastos com publicidade; taxas e comissões; custos de transferência; e custos de registro. Tais gastos foram registrados líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social.

c. Reservas de lucros

(i) *Reserva Legal*

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) *Incentivos fiscais*

Conforme mencionado na nota 21.a, em 18 de abril de 2023 os montantes relacionados aos incentivos fiscais concedidos à Companhia pelos estados de Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas foram utilizados para aumentar o capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante refere-se à redução de IRPJ relacionado ao incentivo da área de atuação da superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), destinada a reserva de incentivos fiscais em 2023.

(iii) *Reserva de investimentos*

Constituída com a finalidade de reforçar o capital de giro e viabilizar investimentos e o desenvolvimento das atividades da Companhia e suas controladas. Além disso, há a possibilidade de utilização desta reserva para aumento de capital.

No dia 18 de abril 2023 a Administração da Companhia, via AGOE, deliberou pelo aumento do limite da reserva de investimento de R\$500.000 para R\$1.500.000.

(iv) *Lucros retidos*

Refere-se à retenção dos lucros apurados após as Reservas Estatutárias e Dividendos Mínimos Obrigatórios. Após o aumento do limite da reserva de investimentos, o montante relacionado aos lucros retidos de exercícios anteriores foi transferido para essa reserva e o saldo de lucros retidos zerado em 2023.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010 a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado.

Em abril de 2021, como parte do acordo de cotistas entre a Companhia e os sócios não controladores da Khomp Indústria e Comércio Ltda. (adquirida), uma opção de venda (“put”) e compra (“call”) foi emitida, que poderá resultar em uma aquisição pela Companhia das cotas remanescentes. A opção de venda detida pelos não controladores foi reconhecida no passivo não circulante com efeito na rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” pelo valor de R\$25.896.

e. Ajustes acumulados de conversão

Compreendem diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior.

f. Remuneração aos acionistas

Em 27 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios relacionados aos lucros apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$29.410. Os valores foram integralmente pagos no dia 15 de março de 2023, em conjunto com o montante de R\$55.801 de JSCP deliberado em 23 de dezembro de 2022.

No dia 24 de março de 2023, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de JSCP no valor bruto de R\$38.895, liquidados no dia 15 de agosto de 2023.

No dia 26 de julho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor total de R\$54.237, com base no lucro líquido apurado durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. O pagamento aos acionistas ocorreu no dia 15 de agosto de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 20 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de JSCP no valor bruto de R\$52.500. Os acionistas terão seus créditos a título de pagamento de JSCP a partir de 15 de março de 2024.

No quadro a seguir são demonstradas as movimentações na conta de JSCP/dividendos a distribuir durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Cálculo dos dividendos	
Lucro líquido do exercício	544.231
Reserva legal - 5%	(27.212)
Reserva de incentivos fiscais	(3.099)
Base de cálculo	513.920
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	128.480
<hr/>	
Saldo no início do exercício	55.801
(+) Dividendos aprovados	83.647
(-) Dividendos pagos	(83.647)
(+) JSCP aprovados	91.395
(-) IRRF s/ JSCP aprovados	(11.936)
(-) JSCP pagos	(89.558)
Saldo no final do exercício	45.702

g. Participação de acionistas não controladores

Refere-se à participação acionária de terceiros, correspondente a 25% no capital social da controlada Khomp Indústria e Comércio Ltda. e 45% da controlada Allume Holding S.A.S., acrescida das mais valias oriundas das combinações de negócios.

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Numerador:		
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	544.231	480.262
Denominador:		
Quantidade média ponderada do número de ações ordinárias	327.611.110	327.611.110
Denominador:		
Denominador para resultado básico e diluído por ação	327.611.110	327.611.110
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,66	1,46

Não há, na data em 31 de dezembro de 2023, instrumentos de patrimônio com efeito de diluição do capital.

23. Incentivos fiscais

A seguir são apresentados os valores reconhecidos no resultado relacionados a incentivos fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e o prazo final da vigência destes benefícios:

Consolidado	Data de Vencimento	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Crédito financeiro - Lei N.º 13.969/2019 (i)	31/12/2029	121.005	105.769	119.248	102.058
ICMS - Estado do Amazonas (ii)	31/12/2073	171.182	149.315	171.182	149.315
ICMS - Estado de Santa Catarina (iii)	31/12/2032	106.046	89.296	100.854	81.205
ICMS - Estado de Minas Gerais	31/12/2032	28.820	25.773	28.820	25.773
ICMS - Estado de Pernambuco	31/12/2032	7.645	6.526	7.645	6.526
		434.698	376.679	427.749	364.877

- (i) A Lei N.º 13.969/2019, alterou o regime de incentivos implementado pela Lei N.º 8.248/1991, usualmente conhecida como “Lei de Informática”. Agora denominada Lei das empresas do setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (“Lei das TICs”), autoriza as empresas beneficiadas a usufruírem de um crédito financeiro em substituição ao benefício de redução do IPI, presente na legislação anterior. O crédito financeiro será convertido em créditos federais, obtidos por meio de um multiplicador sobre os investimentos em Pesquisas, Desenvolvimento e Inovações (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática que corresponde a 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta Lei. O valor deste benefício é reconhecido na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado.
- (ii) Por meio da Lei N.º 2.826/2003, é permitida a utilização de crédito estímulo do ICMS autorizado em Projeto aprovado com o Estado do Amazonas que relaciona os produtos beneficiados.

- (iii) Regulamento do ICMS/SC - Decreto N.º 2.870/2001, permite a redução na base de cálculo do ICMS nas operações internas com equipamentos de automação, informática e telecomunicações, ficando facultado aplicar diretamente o percentual de 12% sobre a base de cálculo integral. Este mesmo regulamento permite a utilização de crédito presumido do ICMS nas operações com produtos enquadrados na Lei Federal de Informática N.º 8.248/91, a qual dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.

Além disso, a Companhia obteve no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a redução no montante de R\$3.099 (zero em 31 de dezembro de 2022) no IRPJ, relacionado ao incentivo da área de atuação da superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

24. Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social)

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social de exercícios anteriores, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias. As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.995	16.019	16.182	15.951
Provisão para garantias	66.055	72.059	19.243	20.330
Provisão para estoques obsoletos	61.277	48.639	54.421	10.223
Provisão para perda esperada para risco de crédito (*)	17.796	18.621	16.136	17.741
Ágio (**)	(33.366)	(33.366)	(33.366)	(33.366)
Mais valia	(158.357)	(176.312)	-	-
Diferença de depreciação fiscal x contábil (vida útil)	(18.226)	(13.890)	(18.226)	(13.890)
Custo atribuído e revisão da vida útil dos bens do imobilizado	(37.768)	(37.974)	(37.768)	(37.974)
Efeitos de reconhecimento de receita - CPC 47 (IFRS 15)	29.705	42.865	30.101	34.945
Provisão para verbas comerciais	5.624	8.880	5.624	8.880
AVP - clientes e fornecedores	41.753	42.158	40.858	42.023
Operações com derivativos – Hedge	(1.214)	(5.199)	(1.784)	(5.406)
Outros	28.385	16.836	26.404	15.131
Total diferenças temporárias	18.659	(664)	117.825	74.588
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social diferido	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias	6.344	(226)	40.061	25.360

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa				
Prejuízo fiscal	166.706	78.728	4.362	13.784
Alíquota do imposto de renda diferido	25%	25%	25%	25%
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	41.677	19.682	1.091	3.446
Base negativa	205.759	116.529	43.415	51.585
Alíquota da contribuição social diferida	9%	9%	9%	9%
Contribuição social diferido sobre base negativa	18.518	10.488	3.907	4.643
Tributos diferidos				
Imposto de renda diferido	46.341	19.516	30.547	22.093
Contribuição social diferida	20.198	10.428	14.512	11.356
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	66.539	29.944	45.059	33.449

(*) Parte do valor da provisão para perdas com clientes é formada por títulos que já preenchem os requisitos para dedutibilidade e foram considerados como dedutíveis.

(**) O ágio pago quando da aquisição de empresas foi amortizado fiscalmente a partir do momento em que as Empresas adquiridas foram incorporadas. O imposto de renda e a contribuição diferidos foram constituídos na medida que a amortização fiscal ocorreu. Sendo que na presente data o ágio fiscal encontra-se integralmente amortizado.

Os tributos diferidos estão apresentados líquidos entre ativos e passivos, conforme CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estão respaldadas em projeções de lucro tributável da Companhia e de suas controladas, aprovadas pela Administração, a saber:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2023	31/12/2023
2024	5.528	2.060
2025	9.400	2.938
2026	8.359	-
2027	10.995	-
2028	13.936	-
Após 2028	11.977	-
	60.195	4.998

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas. Com base nessas projeções, a Companhia realiza uma avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro contra os quais os prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após realizadas as avaliações, a Companhia concluiu que permanece sendo provável que a Controladora e suas subsidiárias irão gerar lucros tributáveis no futuro e, conseqüentemente, realizar os tributos diferidos sobre prejuízos fiscais.

b. Conciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	516.694	470.063	536.059	481.046
Equivalência patrimonial	-	-	30.701	6.498
Juros sobre o capital próprio	(91.395)	(84.549)	(91.395)	(84.549)
Incentivos fiscais	(434.698)	(382.390)	(427.749)	(372.904)
Pesquisa e inovação tecnológica Lei nº 11.196/05	(72.480)	(45.860)	(69.854)	(44.151)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(825)	14.897	(1.605)	15.097
Outros	(2.189)	825	(191)	1.269
	(84.893)	(27.014)	(24.034)	2.306
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal	28.864	9.185	8.172	(784)
Alíquota nominal				
Corrente	(7.731)	(3.358)	(3.438)	-
Diferido	36.595	12.543	11.610	(784)
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal	28.864	9.185	8.172	(784)
Alíquota efetiva	5,59%	1,95%	1,52%	(0,16%)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

1. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes na data do balanço foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia e suas controladas podem estar expostas, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Riscos operacionais.

(i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito, e opta por complementar a gestão de riscos por meio da contratação de seguro de crédito. A Companhia possui, ainda, a provisão para perda de crédito esperada, no consolidado no montante de R\$39.289 em 31 de dezembro de 2023 (R\$33.273 em 31 de dezembro de 2022) e na controladora R\$35.356 em 31 de dezembro de 2023 (R\$29.796 em 31 de dezembro de 2022), para fazer face ao risco de crédito.

Para as aplicações financeiras e depósitos em instituições financeiras a Administração da Companhia, através de sua tesouraria, monitora informações de mercado sobre suas contrapartes a fim de identificar potenciais riscos de crédito. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Conta corrente bancária	94.021	58.436	83.073	53.527
Aplicações financeiras	1.209.148	1.498.390	1.171.894	1.452.390
Títulos e valores mobiliários	12.687	14.469	11.316	11.373
Contas a receber de clientes	1.035.585	890.937	977.347	850.480
	2.351.441	2.462.232	2.243.630	2.367.770

(ii) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data do balanço os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir demonstramos o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos no consolidado conforme as condições contratuais. O fluxo apresentado não foi descontado e inclui os juros e atualização pelos indexadores contratuais com base nas respectivas taxas projetadas na data do balanço, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

	31/12/2023			
	De um a três			Total
	Até um ano	anos	Mais de 3 anos	
Fornecedores	711.659	-	-	711.659
Fornecedores - risco sacado	182.120	-	-	182.120
Contas a pagar por aquisição de empresa	6.924	27.710	-	34.634
Financiamentos e empréstimos	186.723	760.624	526.028	1.473.375
	1.087.426	788.334	526.028	2.401.788

	31/12/2022			
	De um a três			Total
	Até um ano	anos	Mais de 3 anos	
Fornecedores	720.960	30	-	720.990
Fornecedores - risco sacado	296.431	-	-	296.431
Contas a pagar por aquisição de empresa	149.001	27.435	65.032	241.468
Financiamentos e empréstimos	299.156	614.234	577.253	1.490.643
	1.465.548	641.699	642.285	2.749.532

(iii) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do segmento eletroeletrônico. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Adicionalmente, há o contrato por compra de ações conforme mencionado na nota explicativa nº 21 (d), que poderá variar a depender do atingimento de certas metas relacionadas ao EBITDA das operações da adquirida.

Conforme informado no CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, destacamos nos itens a seguir, (iv) e (v), os riscos variáveis de mercado, e suas respectivas análises de sensibilidade, que a Companhia está sujeita nas suas operações.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações. Em 31 de dezembro de 2023 há operações de Contratos a Termo de Moedas e SWAP foram contratadas para mitigar riscos ao fluxo de caixa das variações de câmbio.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Instrumentos com taxa de juros variável</u>				
Títulos e valores mobiliários	12.687	14.469	11.316	11.373
Financiamentos e empréstimos	(888.461)	(998.363)	(882.716)	(925.821)
Contratos a termo	(3.292)	3.293	(3.213)	3.293
Operações de SWAP	(490)	277	-	484
<u>Instrumentos com taxa de juros fixo</u>				
Financiamentos e empréstimos	(25.554)	(66.852)	-	-

(v) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Em 31 de dezembro de 2023 a exposição contábil no consolidado estava assim representada (apresentado em reais):

	31/12/2023							31/12/2022						
	Moeda estrangeira							Moeda estrangeira						
	Dólar US	COP \$	Euro €	Libra £	Yen ¥	Ren ¥	Total	Dólar US	Euro €	Libra £	Yen ¥	Ren ¥	Total	
Ativo														
Caixa e equivalentes de caixa	69.266	4.677	19	-	-	1.209	75.171	44.900	24	1	-	1.347	46.272	
Contas a receber de clientes	14.370	14.864	-	-	-	19	29.253	14.683	-	-	-	-	14.683	
Contratos a termo - NDF	-	-	-	-	-	-	-	3.293	-	-	-	-	3.293	
Contrato de Swap	-	-	-	-	-	-	-	1.785	-	-	-	-	1.785	
Passivo														
Fornecedores	(761.143)	(11.652)	(6)	-	(5.900)	(22)	(778.723)	(916.440)	(232)	(14)	(397)	(5)	(917.088)	
Financiamentos e empréstimos	(696)	(24.858)	-	-	-	-	(25.554)	(113.676)	-	-	-	-	(113.676)	
Contratos e termos - NDF	(3.292)	-	-	-	-	-	(3.292)	-	-	-	-	-	-	
Contrato de Swap	(490)	-	-	-	-	-	(490)	(1.508)	-	-	-	-	(1.508)	
Exposição líquida	(681.985)	(16.969)	13	-	(5.900)	1.206	(703.635)	(966.963)	(208)	(13)	(397)	1.342	(966.239)	

A Administração avalia que as exposições ao risco cambial são aceitáveis para suas operações. Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação cambial das contas com saldos em moeda estrangeira, ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2023, a Companhia utiliza 05 cenários diferentes com variações de 5% e 10%, de redução ou de aumento em relação a taxa base, sendo a taxa utilizada esperada para os próximos 12 meses. Adicionalmente, estas variações correspondem a expectativa com base na amplitude de variação das taxas de dólar, maior saldo em moeda estrangeira, dos 12 meses anteriores a data base.

Para cada cenário foi calculada a respectiva despesa e receita de variação cambial considerando apenas os valores em dólar, dado sua relevância. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2023 e a cotação do dólar utilizado na projeção foi de R\$4,90.

	(Despesa)/Receita				
	Cenário I -10%	Cenário II -5%	Cenário Provável	Cenário III +5%	Cenário IV +10%
Caixa e equivalentes de caixa	(6.697)	(2.893)	911	4.715	8.520
Contas a receber de clientes	(2.606)	(1.126)	355	1.835	3.315
Fornecedores	69.375	29.966	(9.442)	(48.850)	(88.258)
Financiamentos e empréstimos	2.277	983	(310)	(1.603)	(2.896)
Instrumentos financeiros derivativos	337	146	(460)	(237)	(429)
	62.686	27.076	(8.946)	(44.140)	(79.748)

(vi) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são registrados ao seu valor justo e estão assim sumariados:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Ativo Circulante				
Swap	-	1.785	-	484
Contratos a termo - NDF	-	3.293	-	3.293
	-	5.078	-	3.777
Passivo				
Passivo Circulante				
Swap	(490)	(1.508)	-	-
Contratos a termo - NDF	(3.292)	-	(3.213)	-
Passivo Não Circulante				
Obrigações por compra de cotas	(15.577)	(15.676)	(15.577)	(15.676)
	(19.359)	(17.184)	(18.790)	(15.676)

Operações de NDF

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém Contratos a Termo de Moedas de USD53.497mil, com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa futuro contra oscilações de câmbio, sendo o valor justo destes contratos de R\$3.292, registrado no passivo circulante (R\$3.293 no ativo circulante de 2022) Os Contratos a Termo de Moedas têm prazo médio de 90 dias entre a data de contratação e seu vencimento.

Contrato de opções de compra

A Companhia é parte em contrato de obrigação por compras de ações envolvendo contrato de opção, conforme descrito na nota explicativa nº 21 (d). O valor está registrado à rubrica “Obrigações por compra de cotas”.

3. Instrumentos financeiros - valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Classificação
	31/12/2023		31/12/2022		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	94.021	94.021	58.436	58.436	Custo amortizado
Aplicações financeiras	1.209.148	1.209.148	1.498.390	1.498.390	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	12.687	12.687	14.469	14.469	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	974.667	974.667	835.136	835.136	Custo amortizado
Contrato a termo	-	-	3.293	3.293	Valor justo por meio do resultado
Contrato swap	-	-	1.785	1.785	Valor justo por meio do resultado
Passivo					
Fornecedores	877.124	877.124	1.002.753	1.002.753	Custo amortizado
Financiamentos e empréstimos - com encargos	914.015	914.015	1.065.215	1.065.215	Custo amortizado
Outras contas a pagar – aquisição de controlada	18.966	18.966	188.122	188.122	Custo amortizado
Obrigações por compra de quotas	15.577	15.577	15.676	15.676	Valor justo por meio do resultado
Contrato a termo	3.292	3.292	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contrato swap	490	490	1.508	1.508	Valor justo por meio do resultado

Os derivativos são mensurados de acordo com o cálculo de marcação a mercado na data base.

Mensuração do valor justo reconhecido nas demonstrações financeiras

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e
- Nível 3: a mensuração do justo valor é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Administração, na data dos balanços adotou o nível 2 para avaliar os valores justos aplicáveis aos instrumentos financeiros da Companhia, exceto para a obrigação por compra de ações decorrente da aquisição da Khomp, conforme mencionado na nota explicativa nº 21 (d), para a qual utiliza-se o nível 3.

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e suas controladas foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia e suas controladas mantêm contrato derivativo (SWAP) e contratos a termo (NDF), como mencionado nesta nota explicativa nº25 (ii).

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis, e consideramos que estão avaliadas a valor justo baseado no valor provável de realização.

Contas a receber de clientes e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Financiamentos e empréstimos - inclui encargos

Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento de P&D e Projetos.

Limitações

Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

4. Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 05 cenários diferentes. A partir da receita financeira reconhecida em 2023, foram calculadas variações de 10% e 20%, as quais correspondem a percentuais utilizados pela Administração em suas análises de gestão.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para o período de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	31/12/2023				
	Cenário I +20%	Cenário II +10%	Cenário Provável	Cenário III -10%	Cenário IV -20%
Aplicações financeiras	190.609	174.725	158.841	142.957	127.073

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 05 cenários diferentes. A partir da despesa financeira com juros sobre Financiamentos e Empréstimos foram calculadas variações de 10% e 20%, as quais correspondem a percentuais utilizados pela Administração em suas análises de gestão.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para o período de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	31/12/2023				
	Cenário I +20%	Cenário II +10%	Cenário Provável	Cenário III -10%	Cenário IV -20%
Financiamentos e empréstimos	122.550	112.338	102.125	91.913	81.700

5. Gestão de capital

O capital social inclui ações ordinárias e as demais reservas atribuíveis aos acionistas controladores. O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio da correlação da dívida líquida (ou caixa líquido) em relação ao patrimônio líquido. A política da Companhia é a de manter uma posição de caixa líquido ou, em caso de dívida líquida, que a correlação seja entre 20% e 40%. A Companhia inclui na dívida líquida os financiamentos e empréstimos sujeitos a juros, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos e empréstimos sujeitos a juros	914.015	1.065.215	882.716	925.821
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.303.169)	(1.556.826)	(1.254.967)	(1.505.917)
Dívida líquida consolidada	(389.154)	(491.611)	(372.251)	(580.096)
Patrimônio líquido	2.623.522	2.248.282	2.600.824	2.231.037
Correlação	(15%)	(22%)	(14%)	(26%)

Para atingir este objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpre com os compromissos financeiros associados aos financiamentos e empréstimos que definem os requisitos de estrutura de capital. As violações no cumprimento dos *covenants* financeiros permitiriam que o banco requeresse imediatamente a liquidação dos empréstimos e financiamentos. Não houve violações dos *covenants* financeiros de quaisquer financiamento e empréstimos sujeitos a juros no exercício. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

26. Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	5.175.318	5.287.548	4.824.818	4.774.371
Tributos sobre vendas	(725.164)	(732.891)	(694.847)	(687.028)
Verbas comerciais	(131.451)	(132.879)	(131.451)	(132.879)
Devoluções	(215.027)	(189.155)	(206.390)	(181.530)
Receita operacional líquida	4.103.676	4.232.623	3.792.130	3.772.934

27. Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados				
Matéria-prima e revenda	2.483.731	2.727.020	2.325.013	2.451.709
Custos fixos de produção	310.092	279.799	282.355	245.770
Depreciação e amortização	32.846	24.275	28.462	20.685
	2.826.669	3.031.094	2.635.830	2.718.164

28. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração por natureza:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas por função				
Com vendas	560.321	511.276	485.505	440.083
Administrativas e gerais	238.140	225.021	189.708	183.526
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas (i)	(42.779)	1.858	(71.219)	(23.616)
	755.682	738.155	603.994	599.993
Despesas com pessoal	523.128	482.883	439.837	409.222
Vendas e marketing	181.874	154.442	154.251	144.841
Fretes	109.481	94.865	96.834	80.122
Utilidades, manutenção e material de apoio	43.366	34.962	36.532	27.115
Depreciação e amortização	46.394	45.373	25.187	18.472
Serviços de terceiros	37.610	40.429	28.505	32.218
Outras (receitas) despesas (i)	(65.241)	(9.030)	(57.980)	(9.939)
Crédito financeiro	(120.930)	(105.769)	(119.172)	(102.058)
	755.682	738.155	603.994	599.993

(i) Em 21 de novembro de 2023 a Companhia firmou um acordo que resultou em uma baixa do passivo financeiro relacionado a aquisição da Renovigi, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

29. Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas aplicações financeiras	150.600	93.465	147.739	90.854
Juros	7.667	4.972	17.902	9.711
Ajuste a valor presente	60.560	47.085	58.783	46.566
Receitas com derivativos - Opções de compra	2.759	8.151	2.759	8.151
Outros	1.157	415	1.079	351
Receitas financeiras	222.743	154.088	228.262	155.633
Juros sobre financiamento e empréstimos	(101.357)	(51.341)	(95.420)	(40.596)
Juros sobre contas a pagar por aquisições de empresa	(12.995)	(19.171)	(12.996)	(19.171)
Despesas bancárias	(11.803)	(10.896)	(7.555)	(7.701)
IOF sobre operações financeiras	(1.102)	(1.696)	(741)	(1.514)
Ajuste a valor presente	(81.698)	(37.715)	(77.636)	(32.654)
Despesas com derivativos - Opções de compra	(2.660)	(352)	(2.660)	(352)
Outros	(2.815)	(842)	(1.174)	(583)
Despesas Financeiras	(214.430)	(122.013)	(198.182)	(102.571)
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	36.043	39.203	27.336	37.655
Variação cambial sobre empréstimos	1.924	(1.550)	(427)	5.596
Operações com derivativos – Swap	(1.514)	(5.537)	(484)	(4.352)
Operações com derivativos - Contratos a termo	(49.397)	(57.502)	(42.051)	(59.194)
Variação cambial líquida	(12.944)	(25.386)	(15.626)	(20.295)
Resultado financeiro líquido	(4.631)	6.689	14.454	32.767

30. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas são consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui as seguintes coberturas de seguros conforme apólices contratadas com terceiros:

Riscos cobertos	Importância segurada
Riscos operacionais (Patrimonial)	345.996
Lucros cessantes (P.I.4 meses)	198.000
Responsabilidade civil	32.000
Fretes nacionais e exportações	5.358.889
Riscos de crédito	70.000

31. Informação por segmento

As informações por segmento a seguir são utilizadas pela Administração da Intelbras para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos, sendo a lucro bruto a medida utilizada no desempenho de seus segmentos operacionais.

Segurança

Segmento formado por linhas de negócio relacionadas à segurança eletrônica, tais como equipamentos para videovigilância analógica (CFTV), videovigilância IP (CFTV IP), alarmes e sensores contra intrusão, alarmes e sensores contra incêndio e controle de acessos (controladores e dispositivos para uso condominial, residencial e empresarial).

Comunicação

Segmento formado por linhas de negócio relacionadas à comunicação de voz, imagem e dados, bem como para infraestrutura de redes. São comercializados equipamentos para a infraestrutura de redes empresariais, residenciais e de fibra ótica, sistemas de comunicação residenciais, empresariais e seus acessórios.

Energia

Segmento formado por linhas de negócio associadas ao fornecimento de energia para equipamentos eletroeletrônicos e consumidores em geral, além de dispositivos para proteção e economia de energia em residências, empresas e condomínios. São comercializadas as linhas de fontes, baterias, nobreaks, sensores de iluminação, além de geradores de energia solar on-grid e off-grid.

As operações da Companhia são realizadas no Brasil e no exterior, e não existem clientes que representem mais de 10% da receita de cada segmento.

	31/12/2023			
	Comunicação	Segurança	Energia	Total
Receita operacional líquida	907.919	2.225.214	970.543	4.103.676
Lucro bruto	274.789	832.655	169.563	1.277.007

	31/12/2022			
	Comunicação	Segurança	Energia	Total
Receita operacional líquida	842.833	1.981.882	1.407.908	4.232.623
Lucro bruto	242.319	682.848	276.362	1.201.529

Apresentamos abaixo as informações dos ativos que regularmente são geradas e analisadas pelos gestores dos respectivos segmentos, que compreendem os seguintes ativos: contas a receber, estoque, imobilizado e intangível. Os passivos são compostos por fornecedores. Esses dados são regularmente analisados pela Administração para avaliar os investimentos e alocação de recursos necessários para cada segmento.

	Ativos		Passivos	
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022
Comunicação	863.087	773.570	150.611	151.158
Segurança	1.590.142	1.360.506	556.039	570.861
Energia	833.881	1.041.885	170.474	280.734
	3.287.110	3.175.960	877.124	1.002.753

32. Informações sobre transações e saldos com partes relacionadas

A Companhia tem como atividade preponderante a fabricação, o desenvolvimento e o comércio de equipamentos de segurança eletrônica e serviços para vigilância e monitoramento eletrônico, equipamentos e terminais de consumo para comunicação de voz e/ou dados, equipamentos, serviços e meios para comunicação de voz e/ou dados de uso profissional, equipamentos de redes, meios e soluções para a infraestrutura de comunicação de dados.

1. Transações e saldos entre Companhia e partes relacionadas

	Consolidado							
	Saldos no balanço				Resultado			
	Fornecedores				Compras			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Zhejiang Dahua Technology	(225.275)	(349.851)	(545.483)	(663.915)				
	(225.275)	(349.851)	(545.483)	(663.915)				

	Controladora							
	Saldos no balanço							
	Contas a receber		Fornecedores		Empréstimos Concedidos		Outras contas a pagar/receber	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ascent Asia	-	-	(271)	(673)	-	-	-	-
Seventh	1	1	-	-	-	-	-	-
Décio Indústria Metalúrgica	41	25	(4.995)	(2.543)	(19.720)	(17.409)	-	-
Khomp Indústria e Comércio	39	18	(337)	-	-	-	-	-
Renovigi Energia Solar	39	15.148	(7.894)	-	(116.928)	(43.455)	(858)	301
Allume Holding SAS	3.205	-	-	-	-	-	-	-
Zhejiang Dahua Technology	-	-	(225.275)	(349.851)	-	-	-	-
	3.325	15.192	(238.772)	(353.067)	(136.648)	(60.864)	(858)	301

	Resultado					
	Receita de Vendas		Compras		Juros s/ empréstimos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Ascent Asia	-	18	(9.202)	(7.575)	-
Seventh	10	58	-	-	-	-
Décio Indústria Metalúrgica	95	199	(35.110)	(25.923)	2.311	1.900
Khomp Indústria e Comércio	718	18.208	(546)	(112)	-	-
Renovigi Energia Solar	542	-	(59.660)	-	8.736	3.648
Allume Holding SAS	184	-	-	-	-	-
Zhejiang Dahua Technology	-	-	(545.483)	(663.915)	-	-
	1.549	18.483	(650.001)	(697.525)	11.047	5.548

2. Transações e saldos entre as investidas

	Consolidado	
	Receita de Vendas	
	31/12/2023	31/12/2022
Vendas realizadas pela Décio para Khomp	93	435
Vendas realizadas pela Ascent para Dahua	5.641	4.559
Vendas realizadas pela Dahua para Allume	2.207	-
	5.734	4.994

Transações entre partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas referem-se a transações com condições específicas pactuadas entre as partes, sendo que os saldos em geral sofrem atualização com o indicador Selic. Por fim, a Companhia entende que as transações entre partes relacionadas possuem características operacionais, assim, em sua Demonstração de Fluxo de Caixa os efeitos são mantidos nas Atividades Operacionais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou um acordo de cooperação ("Acordo de Cooperação") com a Zhejiang Dahua Technology Co., Ltd., sociedade pertencente ao grupo econômico da Dahua Europe B.V. Nos termos do Acordo de Cooperação, há um compromisso de adquirir exclusivamente da fornecedora Dahua produtos circuito fechado de televisão composto por câmeras de segurança eletrônica e gravadores digitais de vídeo, desde que observados, pela fornecedora Dahua, o cumprimento de determinadas condições comerciais, conforme estabelecidas no Acordo de Cooperação. A partir de novembro de 2019, a fornecedora Dahua adquiriu ações representativas de 7,56% do capital social da Companhia.

Garantias

A Companhia presta garantia referente aos financiamentos e empréstimos descritos na nota explicativa nº 15 e que são concedidos para as instituições financeiras, sendo carta fiança e bens do ativo imobilizado. Não são prestadas garantias a terceiros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e não-estatutários, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$55.525 durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 (R\$50.653 em 31 de dezembro de 2022). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pró-labore ou honorário pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) bônus pago à diretoria e (iii) outros benefícios, como plano de saúde. A Companhia não concede a seus administradores benefícios pós emprego e /ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, além dos previstos pela legislação aplicável.

Plano de incentivo de longo prazo (Plano ILP)

A Companhia possui um programa de incentivo a longo prazo ("Plano ILP"), concedido aos Diretores e Gerentes Executivos com objetivo de atrair, motivar ou reter, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e de seus acionistas.

O montante de direito dos participantes do plano é convertido pela cotação média das ações da Companhia na B3, tendo como base o mês anterior ao exercício de direito. Após o cumprimento das carências dispostas no regulamento, o montante de direito dos participantes do plano será convertido novamente para liquidação do incentivo financeiro em dinheiro, considerando a cotação média das ações da Companhia no mês anterior a liquidação financeira.

Como condição para aplicação do Plano ILP (gatilho), a Companhia precisa obter, no mínimo, 20% de ROIC – Retorno sobre Capital Investido no exercício imediatamente anterior a cada ano da aplicação do direito. Além disso, o Plano ILP, somado as participações nos lucros, não poderá ultrapassar os limites de números de salários dos elegíveis dispostos no regulamento do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram registradas despesas relacionadas ao Plano ILP no montante de R\$781 na rubrica de despesas administrativos e gerais na demonstração do resultado do exercício em contrapartida de outras contas a pagar, no passivo não circulante, em conjunto com a retenção de R\$ 696 das participações nos lucros a pagar aos participantes do Plano ILP a título de Reciprocidade, conforme movimentações demonstradas no quadro abaixo:

PLANO ILP	31/12/2022	Estorno	Reciprocidade	Reconhecimento	Atualização	31/12/2023
2022	2.400	(538)	696	-	(634)	1.924
2023	-	-	-	1.953	-	1.953
TOTAL	2.400	(538)	696	1.953	(634)	3.877

33. Itens que não afetam caixa

As transações ocorridas no exercício que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia estão abaixo apresentadas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Itens que não afetaram caixa:				
Variação cambial em controlada no exterior	764	(171)	598	(171)
Reconhecimento de contratos de arrendamento	6.363	10.667	5.221	9.399
Juros sobre capital próprio a pagar, líquidos	45.702	55.801	45.702	55.801
Variação no saldo de fornecedores de imobilizado a prazo	2.102	(1.463)	2.102	(1.463)
Aumento do capital social com reservas de lucros	625.500	-	625.500	-
Aumento de capital nas investidas com empréstimos concedidos	-	-	45.787	-
Aquisição de controlada a prazo	6.746	158.823	6.746	158.823

34. Eventos subsequentes

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia de 27 de fevereiro de 2024, a Companhia aprovou o pagamento de dividendos adicionais ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$58.558, correspondente ao valor de R\$0,178742674 por ação. O pagamento aos acionistas será realizado a partir do dia 15 de março de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

* * *

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Os Diretores da **Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira** ("Companhia"), em conformidade com o inciso II, do §1º, do artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2023 comparativa com 31 de dezembro de 2022, autorizando a sua conclusão nesta data.

São José, 28 de fevereiro de 2024.

Altair Angelo Silvestri
Diretor Presidente

Rafael Boeing
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Superintendente Administrativo Financeiro

Henrique Fernandez
Diretor Superintendente de Comunicações

Marcio Ferreira da Silva
Diretor Superintendente de Energia

Paulo Daniel Correa
Diretor Superintendente de Segurança

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Os Diretores da **Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira** ("Companhia"), em conformidade com o inciso II, do §1º, do artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com o parecer e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2023 comparativa com 31 de dezembro de 2022, autorizando a sua conclusão nesta data.

São José, 28 de fevereiro de 2024.

Altair Angelo Silvestri
Diretor Presidente

Rafael Boeing
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Superintendente Administrativo Financeiro

Henrique Fernandez
Diretor Superintendente de Comunicações

Marcio Ferreira da Silva
Diretor Superintendente de Energia

Paulo Daniel Correa
Diretor Superintendente de Segurança

INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ: 82.901.000/0001-27

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria ("**Comitê**") da Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Brasileira S.A. ("**Companhia**") é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, que teve sua instalação ratificada na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de novembro de 2020 ("**RCA 25.11.2020**"). O Comitê tem, dentre outras atribuições, o objetivo de monitorar e avaliar continuamente os sistemas de identificação de riscos e os controles internos, monitorando as exposições de risco da Companhia. O Regimento Interno do Comitê ("**Regimento**") foi aprovado na RCA 25.11.2020 e aditado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de janeiro de 2021 e se encontra disponível no nosso site de relações com investidores (<https://ri.intelbras.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") (www.cvm.gov.br), na categoria "Regimento Interno do Comitê de Auditoria".

2. Composição

O Comitê é composto por, no mínimo, 3 (três) membros indicados pelo Conselho de Administração, sendo: **(i)** ao menos 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; **(ii)** ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes. O Comitê deverá contar em sua composição com a presença de um coordenador ("**Coordenador**") a quem caberá a representação, organização e coordenação de suas atividades.

Atualmente, o Comitê da Companhia é composto de 3 (três) membros, reeleitos na RCA 19.04.2023, para um mandato de 1 (um) ano. O Comitê possui **(i)** 1 (um) membro independente (que atende aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e pela CVM); e **(ii)** 1 (um) especialista em contabilidade e finanças, não exercendo outra função na Companhia, em consonância ao exigido no artigo 22, inciso V do

Regulamento do Novo Mercado. Dentre os membros eleitos para composição do Comitê, um membro efetivo exerce a função de Coordenador.

São membros do Comitê: Marciel Manoel Linhares, Mateus Affonso Bandeira e Marcos Antônio Quintanilha.

3. Atribuições e Responsabilidades

As competências do Comitê estão previstas no Regimento e são desempenhadas conforme as exigências da regulamentação aplicável:

- i. Avaliar o desempenho e opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- ii. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais;
- iii. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- iv. Revisar e submeter à aprovação do Conselho de Administração a proposta do Apetite ao Risco da Companhia elaborada pela Diretoria;
- v. Avaliar e analisar a Estrutura de Gestão de Riscos e os Riscos da Companhia, recomendando melhorias sempre que necessário; e
- vi. Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

O Comitê, igualmente, elabora, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

4. Reuniões Realizadas e Principais Assuntos Discutidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em atenção ao disposto no Artigo 10 do Regimento, foram realizadas 12 (doze) reuniões formais do Comitê, nas seguintes datas: **(a)** 17 de janeiro de 2023; **(b)** 22 de fevereiro de 2023; **(c)** 21 de março de 2023; **(d)** 25 de abril de 2023; **(e)** 23 de maio de 2023; **(f)** 29 de junho de 2023; **(g)** 24 de julho de 2023; **(h)** 29 de agosto de 2023; **(i)** 28 de setembro de 2023; **(j)** 04 de outubro de 2023; **(k)** 23 de

outubro de 2023 e *(l)* 20 de dezembro de 2023.

Na reunião realizada em 22 de fevereiro de 2023, descrita no item *(b)* acima, o Comitê se reuniu para analisar e deliberar sobre a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e respectivo relatório de auditoria emitido pelos auditores externos da Companhia ("**Relatório de Auditoria 2022**"). Os membros do Comitê decidiram, naquela oportunidade, recomendar a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como aprovar o referido Relatório.

Nas demais reuniões, o Comitê reuniu-se para analisar a performance da Companhia e avaliar os sistemas de identificação de riscos e controles internos da mesma, monitorando as suas exposições de risco e elaborando sugestões de melhoria ao Conselho de Administração. Adicionalmente, foram discutidas *(a)* as informações trimestrais, intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; *(b)* a avaliação e monitoramento das políticas internas da Companhia, sendo elaboradas recomendações para aprimoramento de políticas internas e práticas; *(c)* entender o processos de gestão e atuação do comitê de compliance da Companhia e principais temas acompanhados; *(d)* entender o processos de gestão das operações de Pesquisa e Desenvolvimento e forma de controle dos benefícios fiscais; *(e)* ambiente interno de TI e políticas de segurança da informação; *(f)* transação com partes relacionadas e controles internos; *(g)* entender os processos de gestão de estoques e sucateamento de obsoletos; *(h)* atuação da Auditoria Interna e Controles Internos; *(i)* entender o processo de gestão de pessoas e de capacitação da companhia; *(j)* entender o processo e controle na gestão de pós vendas da companhia; *(k)* acompanhar a provisão para contingências judiciais da companhia; *(l)* status, desempenho das controladas e aquisições de novas empresas; *(m)* investimentos relevantes em obras e imobilizados e *(n)* gestão de riscos e riscos estratégicos.

Durante o exercício corrente, foram realizadas reuniões nos dias 22 de janeiro de 2024 e 22 de fevereiro de 2024, sendo que esta última teve por objeto analisar e deliberar sobre a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e respectivo relatório de Auditoria emitido pelos auditores externos da Companhia ("**Relatório de Auditoria 2023**"). Os membros do Comitê decidiram recomendar ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como aprovar a redação do Relatório de Auditoria 2023.

O Comitê, ao longo do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme Plano de Trabalho previamente definido e apresentado ao Conselho de Administração da Companhia realizará, pelo menos, 09 reuniões, podendo sempre que necessário, convocar reuniões extraordinárias para tratar de temas emergentes e/ou relevantes.

5. Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos

Desde a sua implementação, o Comitê tem mantido interações com os responsáveis pelo Comitê de Riscos e Mudanças, do Departamento de Gestão Corporativa e Compliance, do Departamento de Auditoria Interna, do Departamento de Controladoria e do Comitê de Ética, Riscos e Conformidade, além do processo de apuração de fraudes internas e externas e de prevenção a fraudes. O Comitê, com base no conjunto de informações obtidas durante suas interações com tais órgãos/áreas e em suas próprias averiguações, avalia como efetivos os sistemas de controles internos mantidos pela Companhia e continuará a empreender os esforços para fortalecer o processo de gerenciamento de riscos, com o efetivo engajamento de todos os níveis da Administração.

6. Assessoramento do Conselho de Administração

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia operacional e orçamento próprio no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia no que concerne ao controle sobre a qualidade das demonstrações financeiras e controles internos, visando a confiabilidade e integridade das informações.

7. Auto-avaliação

O Comitê, nos termos do artigo 12 do Regimento realiza, anualmente, a sua auto-avaliação e seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros. É elegível para participar do processo de avaliação o membro que estiver na função por pelo menos 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. Esse processo é de responsabilidade do Coordenador do Comitê de Auditoria.

No processo de autoavaliação do Comitê, são consideradas as matérias tratadas nas reuniões realizadas, bem como os parâmetros envolvendo questões de demonstrações financeiras, gerenciamento de riscos e controles internos, responsabilidade da administração e da auditoria interna, treinamentos e desenvolvimento profissional dos membros.

Em virtude da realização de 12 (doze) reuniões pelo Comitê, durante o exercício de 2023, todos os seus membros estão elegíveis para elaboração do processo de avaliação, a ser realizado pelo Coordenador do Comitê. O processo de avaliação, nos termos do que determinado no Regimento ("**Avaliação**"), ocorrerá ao longo do primeiro semestre do exercício de 2024.

Dessa forma, ao final do processo de avaliação, os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados aos membros do Comitê e do Conselho de Administração. As avaliações individuais dos membros do Comitê, por sua vez, serão disponibilizados ao respectivo indivíduo, ao Coordenador do Comitê e ao Presidente do Conselho de Administração.

8. Planejamento para o exercício social de 2024

O Comitê de Auditoria planejou a realização de 9 (nove) reuniões ao longo do ano de 2024, contemplando o previsto no Regimento, ter ao menos 4 (quatro) reuniões, cujas pautas envolverão o exercício das atribuições legais e regimentais elencadas neste Relatório no item "Atribuições e Responsabilidades", sem prejuízos a eventuais encontros extraordinários em que se faça necessário a atuação do Comitê.

9. Conclusões e Recomendações

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, *ad referendum* ao Conselho de Administração da Companhia.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos representantes da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que as informações e documentos apresentados quanto às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendaram a sua aprovação.

São José, 22 de fevereiro de 2024.

Marcos Antônio Quintanilha

Marcos Antônio Quintanilha
Coordenador do Comitê de Auditoria

Marciel Manoel Linhares

Marciel Manoel Linhares
Membro do Comitê de Auditoria

MATEUS AFFONSO BANDEIRA

Mateus Affonso Bandeira
Membro do Comitê de Auditoria